



FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO
PROJETO CONEXÃO LOCAL – GV PESQUISA

Isabela Sandeville
Andreia Makaron

“Ó OS DA LAMA”:
Impactos nas relações sociais e identidade dos indivíduos atingidos

Relatório Final apresentado ao GV Pesquisa
referente à visita em Campo do Projeto
Conexão Local experiência em Mariana.

SÃO PAULO

2017

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à todos os envolvidos na consecução deste projeto. Em especial, à equipe do GV Pesquisa nas pessoas de Isolete Rogesky e Daniela Mansur, pela confiança, instrução e investimento.

Ao professor Amon Barros pela orientação, cuidado e ensino. E por nos conceder a oportunidade de estudar uma realidade tão singular e bonita como a de Mariana.

Aos cidadãos marianenses, em especial Marli e família, por nos acolher com carinho e orientar pelos caminhos e comunidades visitadas.

Às famílias atingidas que abriram as portas de suas casas, nos acolheram e convidaram-nos para um café e prosa, contando-nos sua realidade e a luta diária. Aos belos exemplos de senso de comunidade e vontade de viver que iremos nos abster em não relatar seus nomes, por questões éticas vinculadas à pesquisa.

Às professoras da Universidade Federal de Ouro Preto Carolina Maranhão e Ana Flávia por nos acompanhar durante a estadia em Mariana e nos conceder abertura no espaço acadêmico desta cidade. Na oportunidade, compartilhamos nossas descobertas e discutimos como poderíamos contribuir para a realidade da comunidade atingida.

À Cáritas (Assessoria técnica dos Atingidos), ao Ministério Público de Mariana, à Prefeitura Municipal de Mariana (Vereador, Secretário Municipal da Fazenda, Assistentes Sociais, Assessor de meio ambiente), à Arquidiocese de Mariana e à Fundação Renova por nos receberem, tirar nossas dúvidas e conceder seus depoimentos.

A nossa supervisora Jussara, por planejar cuidadosamente nossa conexão local em Mariana e nos orientar na produção deste relatório.



“Da lama jogada / À esperanças inundadas / A comunidade separada / Espera por um lar. / É preciso gritar / É preciso lutar para recuperar / O que era sonho / E agora coberto está”.

Andréia Makaron

Experiência: Rompimento da Barragem da Samarco em Mariana-MG.

Participantes: Isabela Sandeville, graduanda do curso de Administração Pública e Andréia Makaron, graduanda do curso de Administração de Empresas da Fundação Getulio Vargas de São Paulo.

Supervisora: Jussara Jéssica Pereira, doutoranda em Administração de Empresas.

Duração: 03 de Julho a 22 de Julho de 2017.

RESUMO:

Neste trabalho analisamos como o rompimento da barragem da Samarco afetou a estrutura social da região de Mariana, bem como a construção da identidade das comunidades atingidas. Objetivamos, portanto, compreender os impactos ocorridos nas relações sociais e identidade dos indivíduos atingidos. Nossa fundamentação teórica perpassa pela Teoria das Representações Sociais (Moscovici, 2009), aliada aos elementos de territorialidade, identidade (Saraiva, Carrieri, & Soares, 2014) e ruptura social em cidades mineradoras (Saraiva, 2009), sob a perspectiva de um evento decorrente de um Crime Corporativo (Alcadipani & Medeiros, 2014). Como procedimentos metodológicos, optamos pela metodologia qualitativa, exploratória de caráter interpretacionista para acesso e conceituação da realidade. Adotamos a abordagem do estudo de caso, com a imersão de 20 dias na cidade de Mariana-MG. Na oportunidade, participamos de eventos e reuniões realizadas, fizemos registros filmicos e fotográficos da realidade física observada, tomamos notas de campo efetuadas em 3 diários de bordos, fizemos entrevistas abertas não gravadas com representantes da comunidade atingida, representantes dos órgãos públicos, representantes da sociedade marianense, representantes da Cáritas e da Fundação Renova, também tivemos acesso à edições do Jornal A Sirene. Para a análise do material levantado utilizamos a técnica de análise de conteúdo (Bardin, 2004). Como resultados encontramos um total de nove categorias em ordem cronológica, são elas: Comunidade de Bento, Relação comunidade de Bento e mineradora Samarco, O rompimento, Pós-rompimento, Nova relação entre Bento e Samarco, Exigências Legais, Desdobramentos das Exigências Judiciais, Mobilizações e, Disputas de Narrativa. Estas categorias possibilitaram a emergência de quarenta e sete unidades de sentido sendo possível construir um panorama geral sobre o ‘ser atingido’. Concluimos que o rompimento culminou em tamanha ruptura social que o atingido, vem em um processo diário de luta, criando consciência e refletindo sobre o que a sua vida se transformou. Neste processo, o qual intitulamos de “*identity death*”, teorizamos sobre a morte da identidade do “Ser morador de Bento” e emergência da identidade do “Ser atingido”.

Palavras-chave: Rompimento da Barragem de Fundão, Representações Sociais, Territorialidade, Identidade, “Ser atingido”.

SUMÁRIO

1. Introdução.....	7
1.1. Contextualização e Problema de Pesquisa.....	7
1.2. Objetivo Central	8
1.3. Objetivos Específicos	8
1.4. Justificativa e Relevância da Pesquisa.....	8
2. Referencial Teórico-Empírico.....	10
2.1. Revisão de Literatura.....	10
2.2. Contexto Socio-Histórico da Pesquisa	15
2.2.1. Teoria das representações sociais	21
2.2.2. Territorialidade e identidade	22
2.2.3. Similaridades entre a ruptura social da Vale em Itabira-Mg e a ruptura social da Samarco em Mariana-Mg	26
2.2.4. Crime Corporativo	29
3. Procedimentos Metodológicos	31
3.1. Natureza do estudo e tipo de pesquisa.....	31
3.2. Coleta de dados e tratamento das informações.....	32
4. Análise de Dados	33
4.1 Categorias e Unidades de sentido encontradas.....	33
A) Comunidade de Bento	34
B) Relação comunidade de Bento e mineradora Samarco.....	35
C) O rompimento.....	37
D) Pós-rompimento.....	39
E) Nova relação entre Bento e Samarco.....	41
F) Exigências Legais	43
G) Desdobramentos das Exigências Judiciais	47
H) Mobilizações.....	52
I) Disputas de Narrativa	57
4.2 Identity Death, da morte do “Ser Morador de Bento” à emergência do “Ser atingido”	67
5. Considerações Finais	70
6. REFERÊNCIAS	74

1. INTRODUÇÃO

No presente trabalho buscamos analisar os impactos do rompimento da barragem de Fundão, operada pela Samarco, sobre a região de Mariana (MG), considerando a grande importância econômica e social que a mineração tem no processo de desenvolvimento econômico e social da região; bem como a dimensão do desastre em questão. Tal evento caracteriza o maior desastre socioambiental do setor no Brasil, deixando 19 mortos, o lançamento de 34 milhões de metros cúbicos de rejeitos no meio ambiente, além do percurso fluvial de 663,2 km; contaminando o Rio Gualacho do Norte, o Rio do Carmo, até atingir a bacia do Rio Doce, por onde chega até o litoral em Regência (ES). De acordo com O Laudo Técnico Preliminar - concluído vinte dias após o desastre -, houve destruição de 1.469 hectares, incluindo Áreas de Preservação Permanentes (APPs) e o impacto ecológico é ainda inestimável (Ibama, 2016).

Apesar da grande visibilidade nos grandes meios de comunicação que teve tal acontecimento no primeiro momento, as consequências do desastre foram muito mais amplas do que previamente noticiado, além de muito mais profundas, estruturais e sem possibilidade de correção no curto prazo. Hoje, após quase dois anos do rompimento, pouco se fala sobre os distritos que continuam sob a lama, sobre toda a bacia hidrográfica que perdeu seu potencial econômico - do qual dependia uma série de comunidades ao longo das margens -, sobre as violações de direitos que iniciaram-se com o rompimento da barragem, mas que persistem até hoje por meio das ações de reparação institucionalizadas pela Fundação Renova - criada como resultado do Termo de Ajustamento de Conduta -, ou das perdas sociais, culturais, tradicionais e psicológicas das comunidades devastadas pela lama.

1.1. Contextualização e Problema de Pesquisa

A região de Mariana é marcada, desde os tempos coloniais, por uma economia extrativista de minérios, desde o ouro de aluvião ou retirado das encostas dos morros nos séculos XVII e XVIII ao minério de ferro na atualidade. Nestes três séculos de exploração econômica dos minérios deixa sérios impactos no meio ambiente marianense, como o assoreamento de rios e erosão dos morros. Apesar das contrapartidas, a região veio estimulando, desde o início da decadência de seu período aurífero, a exploração de minérios

por empresas, muitas vezes, multinacionais; cujo nível de integração com a indústria nacional variava conforme a centralização e projeto político do governo vigente.

Diante de um cenário econômico trágico devido a suspensão das operações da Samarco e redução das operações da Vale, a região vem consolidando entre dois grupos sociais polarizados, entre aqueles que, criminalizando a Samarco, buscam a mobilização para a luta dos direitos dos atingidos e aqueles que, criminalizando os atingidos, os veem como a grande causa da estagnação econômica.

Ao que parece, existe uma grande estigmatização dos indivíduos atingidos pelo rompimento da barragem, com distanciamento de seus laços de sociabilidade, forte estigmatização perante a comunidade marianense, distanciamento da cultura e tradição locais.. Sob esta perspectiva, chegamos ao seguinte problema de pesquisa: **como o rompimento da barragem da Samarco afetou a estrutura social da região de Mariana, bem como a construção da identidade das comunidades atingidas?**

1.2. Objetivo Central

O objetivo central deste estudo é compreender os impactos ocorridos nas relações sociais e identidade dos indivíduos atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão da mineradora Samarco, na região de Mariana (MG).

1.3. Objetivos Específicos

- Identificar as rupturas sociais decorrentes do rompimento da barragem de Fundão;
- Analisar as relações sociais e construções de identidades que permeiam as comunidades atingidas;
- Compreender as perdas dos atingidos em suas esferas diversas, passando por seus direitos imateriais e elementos de territorialidade.
- Refletir acerca das representações sociais que constroem a defesa da Samarco e dos direitos dos atingidos como relações opostas;

1.4. Justificativa e Relevância da Pesquisa

Considerando a falta de precedentes do desastre em questão, análises com maior aprofundamento são essenciais para compreensão do fenômeno; tanto no que diz respeito ao pós-rompimento e tudo o que ele ocasionou, quanto à forma de resolução destes. Alguns esforços já vem sendo tomados para tal no campo de conhecimento da administração como, por exemplo, o dossiê temático “Da Lama ao Caos”: Reflexões sobre a Crise Ambiental e as Relações Estado-Empresa-Sociedade, da Revista Farol, da Faculdades de Administração e Ciências Econômicas (FACE) da UFMG; bem como o Grupo de Trabalho 16 do IV Congresso de Estudos Organizacionais (CBEO); além do Tema 3 Crimes, Organização e Sociedade da divisão de Estudos Organizacionais do XLI Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Administração (ENANPAD).

Na tentativa de se juntar a esses esforços sobre o fenômeno em questão, no presente trabalho, abordarmos o rompimento da barragem em Mariana (MG) por um enfoque ainda pouco explorado, isto é, percebendo as representações sociais, formação de identidade, sentimento de pertencimento e territorialidade atrelados aos atingidos e diversos atores que dialogam com a realidade pós rompimento. Buscamos, então, observar os atores como indivíduos dotados de subjetividade, identidade e autonomia.

Dessa forma, a relevância acadêmica e social desta pesquisa é:

- Fornecer à literatura em gestão discussões que priorizem o indivíduo e do espaço que o rodeia;
- Fornecer à academia e a sociedade uma leitura crítica sobre as representações sociais e construções de identidade que permeiam o evento pós-rompimento;
- Fornecer à sociedade observações sobre as consequências deste acontecimento, considerando as particularidades dos diferentes segmentos sociais envolvidos nesse processo;
- Somar esforços aos movimentos como a Cáritas, o Movimento Atingidos por Barragens, o Ministério Público de Mariana e a Fundação Renova fornecendo nossas observações e leituras sobre o fenômeno.

Acreditamos que o destaque para essa perspectiva traz um enfoque distinto para os processos jurídicos e protocolos que sustentam a defesa dos atingidos por barragens, tanto em termos compensatórios quanto preventivos. Assim, considerando a falta de precedentes do acidente, torna-se imprescindível pensar nos direitos subjetivos e coletivos que foram e

continuam sendo violados no desastre e a a necessidade de compensação, para além de questões quantificáveis. Dessa forma, uma vez ampliada a consciência acerca dos direitos imateriais, busca-se combater o discurso de que aqueles que tiveram seus direitos violados e lutam pelos devidos reparos estariam, na realidade, se "aproveitando" de sua situação.

Portanto, abordamos na próxima sessão o arcabouço teórico que embasará nossa discussão.

2. REFERENCIAL TEÓRICO-EMPÍRICO

Nesta segunda sessão apresentamos a fundamentação teórica que sustentou esta pesquisa, explorando as teorias nas ciências sociais, bem como estudos que subsidiaram a compreensão do problema a ser investigado.

2.1. Revisão de Literatura

A revisão de literatura foi efetuada no portal de pesquisa “SciELO” e “Portal de Periódicos Capes”, o período de buscas compreendeu 31 de agosto de 2017 até 16 de setembro de 2017. No portal da *SciELO*, no campo de busca de artigos, uma primeira busca foi efetuada com a palavra-chave “Samarco”. Foram encontrados 10 resultados, destes apenas 3 artigos versavam sobre o rompimento da barragem de Fundão. Em uma segunda busca, no referido portal, foi adotada a palavra-chave “Bento Rodrigues”, em que se obteve 52 resultados na busca, mas apenas 2 versavam sobre o rompimento da barragem de Fundão, e 1 deles já havia sido contabilizado na palavra-chave anterior. Dos artigos listados, é possível encontrar escopos que abordam; desterritorialização, impactos ocasionados, abordagem midiática, papel do estado, direito ambiental . Observe o Quadro 1. Produções Científicas Brasileira sobre o Rompimento da Barragem da Samarco nos periódicos e eventos em Administração portal SciELO.

Quadro 1. Produções Científicas Brasileira sobre o Rompimento da Barragem da Samarco nos periódicos e eventos em Administração portal *SciELO*.

Portal SciELO			
Palavra-chave	Nome da Publicação	Tipo de Publicação	Qualis
Samarco	MIRANDA, Maria Geralda et al . Cadê a minha cidade, ou o impacto da tragédia da Samarco na vida dos moradores de Bento Rodrigues. Interações (Campo Grande) , Campo Grande , v. 18, n. 2, p. 3-12, Apr. 2017 .	Periódico	B1
	LACAZ, Francisco Antonio de Castro; PORTO, Marcelo Firpo de Sousa; PINHEIRO, Tarcísio Márcio Magalhães. Tragédias brasileiras contemporâneas: o caso do rompimento da barragem de rejeitos de Fundão/Samarco. Rev. bras. saúde ocup. , São Paulo , v. 42, e9, 2017.	Periódico	B2
	MIRANDA, Lucília Souza; MARQUES, Antonio Carlos. Impactos ocultos do colapso da barragem de resíduos da Samarco para a fauna marinha brasileira - um exemplo dos stazozoários (Cnidaria). Biota Neotrop. , Campinas, v. 16, n. 2, e20160169, 2016.	Periódico	B1
Bento Rodrigues	PASSOS, Flora Lopes; COELHO, Polyana; DIAS, Adelaide. (Des) territórios da mineração: planejamento territorial a partir de rompimento em Mariana, MG. Cad. Metrop. , São Paulo, v. 19, n. 38, p. 269-297, abril de 2017.	Periódico	B1

No “Portal do Periódicos Capes”, por sua vez, foi utilizada a palavra-chave “Samarco”, associada as buscas por “periódicos avaliados por pares” e “artigos”. Assim, foram encontrados 222 resultados, destes apenas 11 se referem a artigos científicos em periódicos e têm relação com o tema. Outro termo de busca utilizado foi “Bento Rodrigues” e “Dam”, em que se obteve 4 resultados, destes, 3 já haviam sido incluídos na primeira busca. Outra busca realizada foi com as palavras-chave “Bento Rodrigues” e “Samarco, associado a periódicos por pares em que se obteve-se 8 resultados. Os textos abordam temas relacionados à; consequências ambientais no curto e longo prazo, diálogo empresarial para com a

sociedade, possíveis causas naturais para o rompimento da barragem, efetividade de “environmental bonds” em reparar danos ambientais, “aforizações” secundárias advindas dos discursos das vítimas e perspectivas das vítimas quanto o rompimento. Observe:

Portal Periódico Capes			
Palavra-chave	Nome da Publicação	Tipo de Publicação	Qualis
Samarco	DE OLIVEIRA GOMES, Luiz Eduardo et al. The impacts of the Samarco mine tailing spill on the Rio Doce estuary, Eastern Brazil. Marine Pollution Bulletin , 2017.	Periódico	A2
	SEGURA, Fabiana Roberta et al. Potential risks of the residue from Samarco's mine dam burst (Bento Rodrigues, Brazil). Environmental Pollution , v. 218, p. 813-825, 2016.	Periódico	Não classificado
	CARARETO, Mariana; ANDRELO, Roseane; CABRAL, Raquel. Reputação e direito à informação: a comunicação da mineradora Samarco no caso do acidente ambiental em Mariana/Reputation and right to information: the communication of Samarco mining company in the case of Mariana environmental disaster. Revista Internacional de Relaciones Públicas , v. 6, n. 12, p. 43-64, 2016.	Periódico	B3
	AGURTO-DETZEL, H. et al. The tailings dam failure of 5 November 2015 in SE Brazil and its preceding seismic sequence. Geophysical Research Letters , v. 43, n. 10, p. 4929-4936, 2016.	Periódico	Não classificado
	GARCIA, Letícia Couto et al. Brazil's worst mining disaster: corporations must be compelled to pay the actual environmental costs. Ecological applications , v. 27, n. 1, p. 5-9, 2017.	Periódico	Não classificado
	LARA, Glaucia Muniz Proença. A tragédia de MARIANA (MG): aforizações, mídias e argumentação. Signo , v. 42, n. 73, p. 65-73, 2017.	Periódico	Não classificado

Samarco	ESPINDOLA, Haruf Salmen et al. Desastre da Samarco no Brasil: desafios para a conservação da biodiversidade. Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science , v. 5, n. 3, p. 72-100, 2016.	Periódico	B3
	JACOBI, Pedro Roberto; CIBIM, Juliana. A necessária compreensão das consequências ampliadas de um desastre. Ambiente Sociedade , v. 18, n. 4, p. 0-0, 2015.	Periódico	B1
	DA SILVA, Gêssica Auxiliadora; BOAVA, Diego Luiz Teixeira; MACEDO, Fernanda Maria Felício. Refugiados de Bento Rodrigues: o desastre de Mariana, MG. Revista Pensamento Contemporâneo em Administração , v. 11, n. 2, p. 63, 2017.	Periódico	B2
	GUERRA, Marcelo Braga Bueno et al. Post-catastrophe Analysis of the Fundão Tailings Dam Failure in the Doce River System, Southeast Brazil: Potentially Toxic Elements in Affected Soils. Water, Air, & Soil Pollution , v. 228, n. 7, p. 252, 2017.	Periódico	Não classificado
	MARTA-ALMEIDA, Martinho et al. Fundão Dam collapse: Oceanic dispersion of River Doce after the greatest Brazilian environmental accident. Marine pollution bulletin , v. 112, n. 1, p. 359-364, 2016.	Periódico	A2
Bento Rodrigues e Dam	DE LIMA RODRIGUES, Aline Sueli et al. Iron ore mining promotes iron enrichment in sediments of the Gualaxo do Norte River basin, Minas Gerais State, Brazil. Environmental Earth Sciences , v. 71, n. 9, p. 4177-4186, 2014.	Periódico	A2
Bento Rodrigues Mariana	DA SILVA, Gêssica Auxiliadora; BOAVA, Diego Luiz Teixeira; MACEDO, Fernanda Maria Felício. Refugiados de Bento Rodrigues: o desastre de Mariana, MG. Revista Pensamento Contemporâneo em Administração , v. 11, n. 2, p. 63, 2017.	Periódico	B2

Quadro 2. Produções Científicas Brasileira sobre o Rompimento da Barragem da Samarco nos periódicos e eventos em Administração portal Periódicos Capes.

Dessa forma, é possível perceber que temas relacionados às representações sociais, formação de identidade e a sentimento de pertencimento atrelados à mineração em Mariana - antes e após o rompimento da barragem - são temáticas ainda pouco abordadas, apesar de importantes para a academia. Buscamos, então, no presente trabalho, tratar as vítimas do incidente como indivíduos, dotados de subjetividade e simbologia com direito à memória, identidade e autonomia e não apenas como números e valores a serem ressarcidos.

Dessa forma, o nosso *gap* de pesquisa será composto pelas representações sociais ligadas ao pós-rompimento da barragem de fundão, somado às mudanças na construção de identidade, sentimento de pertencimento e territorialidade diante de um crime corporativo.



A Figura 1. Framework teórico conceitual da pesquisa representa nosso desenho sobre a pesquisa e, portanto, a forma como traremos o nosso referencial teórico.

2.2. Contexto Socio-Histórico da Pesquisa

Para uma melhor compreensão papel da mineração na região, desenvolvemos um breve histórico a partir da década de 1930. Getúlio Vargas, com seu programa nacionalista, fez com que as empresas estrangeiras se associassem as indústrias nacionais, como foi o caso da Itabira Iron, que explorava ferro em Itabira (MG) e transformou-se Companhia Brasileira de Mineração e Siderurgia e a Companhia Itabira de Mineração. Tais empresas, na Segunda Guerra Mundial, foram expropriadas devido à demanda bélica e criou-se, num acordo entre Washington, Londres e Brasil, a Companhia Vale do Rio Doce, em 1942. A década de 1960, por sua vez, foi marcada pela estruturação do "Vale do Aço" em Minas Gerais, que recebeu, durante a Ditadura Militar, apoio governamental para que as empresas de capital estrangeiro lá se instalassem. Entre estas, destaca-se a Samarco, fundada em 1977 e controlada por uma *joint venture* entre a Vale e a BHP Billiton, maior empresa de mineração do mundo. O cenário dos interesses privados torna-se ainda mais hegemônico com a privatização da Vale, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (Tomás, 2006).

Com isso, pode-se traçar um perfil mais detalhado do que representava a Samarco antes do rompimento da Barragem de Fundão. A empresa fabrica pelotas, matéria-prima para fabricação de minério de ferro e consistia na 10ª maior exportadora do Brasil, com unidades em Mariana - onde ocorre a extração e beneficiamento do minério de ferro - e no Espírito Santo - onde encontram-se as usinas de pelotização e um terminal marítimo próprio -, além de escritórios de vendas espalhados pelo mundo. Em 2013, a Empresa possuía 2,9 mil empregados diretos e 3,5 mil contratados em suas operações, distribuídas entre os estados de Minas Gerais e Espírito Santo. A magnitude da empresa facilita o entendimento acerca do que esta representava na economia de uma cidade de 58,233 mil habitantes, como Mariana. A economia da cidade passou a girar em torno da mineração, assim como as formações acadêmicas, técnicas e profissionais. Os empregos promovidos pela Samarco e suas terceirizadas eram de extrema importância para a economia local, assim como a arrecadação governamental advinda da produção mineradora; passando a fazer parte da própria construção da identidade e cultura locais (Samarco, 2013).

Considerando a importância da mineração para a região, o presente trabalho busca averiguar os impactos decorrentes do rompimento da barragem de Fundão, no dia 05 de novembro de 2015. Tal fato foi responsável por sucessivas tragédias desde as mortes de seus funcionários, a destruição completa dos distritos de Bento Rodrigues e Paracatu, os graves danos ao Município de Barra Longa e a continuação do trajeto percorrido pelos rejeitos, do Rio Gualacho do Norte até a foz do Vale do Rio Doce. É evidente que o desastre causou sérios danos à identidade das populações que viviam às margens dos rios pelos mais diversos motivos. Mas, com relação especificamente a região de Mariana - objeto de estudo em questão -, os danos transcenderam os impactos estruturais no modelo de desenvolvimento e organização econômica: foram responsáveis por fortes mudanças na estrutura social, nas formas de organização dos grupos e na construção das subjetividades da população, que sempre fora muito relacionada com a atividade da empresa.

A situação da Mineradora se agrava pelo fato de que, desde 2008, apenas quatro meses do início de suas operações naquele ano, foram relatadas algumas infiltrações que poderiam gerar um processo de erosão interno da estrutura. Diversos problemas ocorreram nos anos seguintes que foram reparados pela Samarco com mecanismos de drenagem. Novamente, em 2013, o Instituto Pristino realizou outra vistoria a pedido do Ministério Público Estadual de Minas Gerais, para averiguar a interferência do descarte de rejeitos da Vale na lateral esquerda da Barragem de Fundão que indicava que: "Dependendo do raio da ruptura neste processo, podem ocorrer vários colapsos em diferentes níveis taludes e criar um fluxo de material com grande massa de estéril se deslocando para jusante em direção ao corpo da barragem do Fundão e adjacências" (Instituto Pristino, 2013, p. 6) Ao mesmo tempo, a Samarco havia aumentado em 37% sua capacidade produtiva em 2014 (e, segundo o promotor Ferreira Pinto, a barragem vinha passando por processo de alteamento, que poderia ter influenciado na ruptura (Estevão Bertoni, 2016) Os processos jurídicos sobre o desastre passaram pela Polícia Civil, no caso da apuração dos crimes de lesões corporais graves e gravíssimas e pela Justiça Federal - como determinado pelo Superior Tribunal de Justiça - em relação às ações penais decorrentes da ruptura da barragem, sendo a Polícia Federal responsável pela investigação que deu início às ações e o Ministério Público Federal com a incumbência de executar as denúncias .

O primeiro inquérito da Polícia Civil foi concluído em 23 de fevereiro de 2016, e buscava apurar os fatos e circunstâncias que resultaram no rompimento da barragem, e os

crimes que desse fato decorreram, tais quais: homicídio, delitos de perigo comum, contra o meio ambiente e contra a saúde pública (Agência Minas Gerais, 2016). O resultado foi o indiciamento de sete pessoas pelos crimes de homicídio qualificado com dolo eventual, inundação e corrupção ou poluição de água potável: seis da Samarco e um da VOGBR, empresa responsável por laudo técnico atestando regularidade da barragem de Fundão. O polícia também pediu, junto à Justiça, pela prisão preventiva de todos os envolvidos (José Marques, 2016). Os laudos também identificaram três causas de mortes distintas: asfixia por soterramento, afogamento e politraumatismo. Por sua vez, a causas atribuída ao rompimento pelo laudo pericial foi a liquefação (redução da resistência do sedimento sólido) na lateral esquerda da barragem, desencadeada por sete fatores centrais: a elevada saturação dos rejeitos arenosos depositados na barragem; falha no monitoramento contínuo do nível de água; defeito em uma série de equipamentos, não relatados pelos laudos técnicos; monitoramento deficiente por conta do número reduzido de equipamentos instalados na barragem; elevada taxa de alteamento anual da barragem sem acompanhamento da elevação do nível do laudo formado; assoreamento do dique 02, o que permitiu infiltração no rejeitos arenosos; deficiência do sistema de drenagem interno da barragem. Devido à complexidade do caso, outros inquéritos foram posteriormente abertos para averiguar os crimes ambientais e licenciamentos da Barragem de Fundão (Augusto, 2016).

O inquérito Polícia Federal, por sua vez, foi concluído em 09 de junho de 2016 e apurou os crimes ambientais no rompimento da barragem, cujo resultado foi o indiciamento dos sete já acusados no inquérito da Polícia Civil, além do responsável da Vale pelo Complexo da Alegria (Mariana - MG) e das empresas Samarco, Vale e VogBR como pessoas jurídicas (José Marques & Estevão Bertoni, 2016). Nos resultados, segundo a Folha de São Paulo, o delegado Roger Lima de Moura atribuiu o rompimento a falhas da drenagem, baixa qualidade do material, falta de monitoramento e controle da quantidade de rejeitos. A Samarco, apesar de ter reduzido em 29% seus gastos em geotécnica, aumentou seus investimentos na produção e, conseqüentemente, o despejo de rejeitos, além de ter sido acusada de adulterar os Relatórios Anuais de Lavra enviados à União para dificultar as investigações (Estevão Bertoni & José Marques, 2016)O delegado avaliou, ainda, que Samarco assumiu o risco na busca pelo lucro e que o risco que corria Bento Rodrigues fora omitido no licenciamento (Naiara Arpini, 2016)

Após a avaliação dos inquéritos policiais, o MPF, em outubro de 2016, denunciou 22 pessoas e quatro empresas por incidente em Mariana. Dentre as denúncias, 21 pessoas são acusadas de homicídio qualificado com dolo eventual e entre as empresas estão presentes: Vale, Samarco, BHP Billiton e Vog BR. As acusações abrangem apresentação de laudos ambientais falsos no caso da Vog BR, até crimes de homicídio, inundação, desabamento, lesão corporal e ambientais no caso da Samarco, Vale e BHP Billiton. As penas de prisão podem chegar à 54 anos (Ministério Público Federal, 2015; Thaís Pimentel, 2016).

Como consequência disso, foi estabelecido um Termo de Transação de Ajustamento de Conduta (TTAC) em 02 de março de 2016 entre a União, os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, os órgãos ambientais e as três empresas envolvidas no evento: Samarco, Vale e BHP Billiton. No documento, são estabelecidas as definições técnicas a partir das quais se interpreta o acordo, tais quais: a caracterização do rompimento como um “evento”, a definição das populações prejudicadas como “impactados” - diretos ou indiretos -, as áreas de abrangência ambiental e socioeconômica, os programas e projetos de reparação, os órgãos envolvidos, a fundação sem fins lucrativos a ser criada pela Samarco para executar as tarefas. Além disso, são definidos os prazos esperados de entrega dos programas de recuperação, em todas as suas esferas. No quesito socioeconômico, os eixos temáticos são: organização social, com a elaboração do cadastro, indenização e proteção dos impactados; infraestrutura, que envolve a reconstrução das comunidades afetadas; apoio a educação, cultura e lazer; proteção da saúde física e mental dos impactados; inovações em pesquisa na área de recuperação de desastres; economia, restabelecendo as atividades agropecuárias e pesqueiras, recuperação dos empreendimentos, estímulo à contratação local, Auxílio Financeiro Emergencial para os impactados e ressarcimento dos gastos públicos extraordinários; gerenciamento do plano de ação. Para os programas ambientais, por sua vez, as áreas são: gestão de rejeitos e recuperação da qualidade da água, restauração florestal, conservação da biodiversidade, segurança hídrica, educação, comunicação e informação, gestão e uso sustentável da terra. De acordo com a Cláusula 5, art. I:

“I - O presente Acordo tem por objeto o estabelecimento de PROGRAMAS, a serem desenvolvidos e executados pela FUNDAÇÃO, com o objetivo de recuperar o meio ambiente e as condições socioeconômicas da ÁREA DE ABRANGÊNCIA impactada pelo EVENTO, de forma a restaurar a SITUAÇÃO ANTERIOR; (TTAC, 2016)”

Além disso, no início do ano de 2017 a 12ª Vara da Justiça Federal de Minas Gerais homologou um acordo preliminar firmado entre Ministério Público Federal (MPF) e as

mineradoras: Samarco, Vale e BHP Billiton. A quantia no valor de 2,2 bilhões devem ser disponibilizados pelas empresas como garantia da recuperação dos danos causados pelo rompimento. A resolução define que instituições independentes deverão prestar assessoria técnica para o MPF, para fazer as análises dos impactos socioambientais decorrentes do evento e para realizar uma auditoria dos programas realizados pelas mineradoras. Por fim, após a obtenção de resultados será possível reavaliar cláusulas presentes no TTAC (Termo de transação de Ajustamento de Conduta) e por fim firmar um acordo definitivo (TACF) que envolverá o compromisso de reparação total dos danos causados às comunidades e ao meio ambiente. Apesar da resolução do MPF prever a participação popular no que se refere ao ressarcimento socioeconômico, os movimentos sociais - como o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)- não ficaram satisfeitos com a escolha da empresa que analisaria os danos, uma vez que esta já havia sido contratada pela Samarco, - o que poderia influenciar na imparcialidade dos processos -, e que os termos davam demasiado poder à empresa perante os atingidos, podendo isolá-los dos processos decisórios (Pimentel & Freitas, 2017).

As insatisfações referentes à falta de diálogo com a população atingida não se resumem às empresas contratadas para a análise dos danos, sobretudo na região de Mariana. Já em 2016, o Movimento dos Atingidos por Barragens pediu a revisão do acordo, pela falta de discussão com as populações diretamente afetadas. O acordo foi amplamente questionado por conferir total poder a Samarco na reparação de um crime do qual ela mesma foi culpada, sem nenhuma participação das próprias vítimas, de forma que hoje o MAB trabalha visando autonomia, protagonismo e pressão popular para que as mineradoras passem a atender às demandas dos próprios atingidos. A própria procuradora federal dos direitos do cidadão do Ministério Público Federal, Debora Duprat, contestou a decisão que deu origem ao acordo, criticando a negligência do poder público com relação à assimetria entre a mineradora e as comunidades atingidas. O procurador da República em Minas Gerais e integrante da Força Tarefa do Rio Doce, Edmundo Antônio Dias, por sua vez, fez fortes críticas ao próprio processo de elaboração do acordo, denunciando irregularidades legais, negligências com relação à garantia do direito coletivo, falta de mecanismos jurídicos que garantam o cumprimento das obrigações, abstenção de responsabilidade do poder público e, até, a própria constitucionalidade do acordo é colocada em cheque por ele (Oliveira & Doederlein, 2016).

2.3. Abordagens Teóricas

Nesta parte do referencial foram apresentadas algumas teorias que darão suporte ao problema levantado. Primeiramente, abordaremos o conceito de "representações sociais", de Moscovici (Moscovici, 2009). Tal teoria permite compreender quais os processos estruturam as organizações dos grupos, bem como a produção de conhecimentos plurais que reforçam a identidade dos mesmos. Para o autor é a compreensão coletiva que delinea o que concebemos por "realidade". Por conseguinte, abordaremos as proposições de Saraiva, Carrieri, & Soares, (2014) sobre "espaço", "lugar" e "território", para compreender de que forma as experiências coletivas influenciam o espaço geográfico na mesma medida em que são por ele influenciadas, num processo contínuo e retroativo. Tal teoria será complementada pela análise de Spink, (2001) sobre a relação entre as organizações e o espaço em que estão situadas. Para fazer tal junção, utilizaremos por base a tese de Saraiva (2009) sobre a influência da Vale S.A como uma grande organização centralizadora na cidade de Itabira - realidade utilizada para comparação com a situação marianense.

Existem diferenças entre a exploração de Minério no município de Itabira por meio da Vale S. A e a exploração de minério no município de Mariana pela mineradora Samarco, ambas no estado de Minas Gerais. A primeira, no início de 1997, anteriormente chamada de Companhia Vale do Rio Doce - CRVD era uma empresa estatal brasileira que foi privatizada.. Os movimentos em favor da privatização “atendeu mais aos imperativos do esforço de estabilização do que a um processo de conversão ideológica (Pinheiro, 1999, p. 148) do que propriamente uma mudança na forma de se governar.

Para que essa comparação seja efetiva, será necessário analisar uma grande diferença entre a Vale de Itabira e a Samarco de Mariana: enquanto a primeira passou por uma ruptura com a sociedade por conta de sua privatização e mudança da sua forma de atuação perante a isso (Saraiva, 2009), a segunda passou por uma ruptura decorrente de um grande desastre.

Todavia, munidos dos argumentos já observados por Saraiva (2009)), acreditamos que também ocorreram rupturas entre a sociedade, no caso a cidade de Mariana-Mg e a empresa Samarco que explora a minério de ferro na região. Não obstante, a ruptura observada neste contexto está atrelada à um grande desastre ocasionado por um “crime corporativo”.

Trabalharemos este ultimo conceito na perspectiva apresentada por Alcadipani & Medeiros (2014).

Assim, tendo em vista os múltiplos fatores e atores influentes na realidade da pesquisa - a Samarco como organização principal, outras organizações da sociedade civil, a população tanto do centro de Mariana quanto dos distritos afetados e as entidades do poder público, com as respectivas mudanças antes e após do rompimento da barragem - pretendemos verificar a reestruturação das relações econômicas e sociais após 05 de novembro de 2015.

2.3.1. Teoria das representações sociais

As “representações sociais” são características de todas as interações humanas o intermédio entre a realidade e o entendimento da sociedade sobre ela, variando conforme o contexto de inserção de cada grupo: conhecimento, senso comum, informações disponíveis e contexto sociocultural. Isso se dá por meio da objetificação, “processo pelo qual indivíduos ou grupos acoplam imagens reais, concretas e compreensíveis, retiradas de seu cotidiano, aos novos esquemas conceituais que se apresentam e com os quais têm de lidar” (Oliveira, 2004, p. 181). Assim, as representações criadas se cristalizam nos discursos, estruturando o coletivo por meio de uma realidade e um senso comum compartilhados por um determinado grupo: um modo particular de comunicar e significar o mundo, de influenciar os comportamentos e que rege a relação dos sujeitos com o mundo e entre si, na medida em que criam os parâmetros de classificação dos indivíduos e eventos (Moscovici, 2009).

As representações não são impermeáveis à diversidade individual; pelo contrário, buscam construir um mundo estável e previsível a partir das particularidades e acabam por constituir, com base nisso, um sistema de valores, ideias e práticas. As pessoas ou grupos não são receptores passivos, mas sim, produzem e expressam suas significações e representações próprias. É essa a sua maior diferenciação de Durkheim, autor em que Moscovici fortemente se baseia: com a negação da separação durkheimiana entre as representações individuais e coletivas, ele propõe a continuidade de uma com relação à outra e considera que as “representações não derivam de uma única sociedade, ultrapassando-a, como insistiu Durkheim, mas das diversas sociedades que existem no interior da sociedade maior, e, portanto, não podem ultrapassá-la” (Oliveira, 2004, p. 184). Por outro lado, o conceito em questão não é apenas cotidiano e variável, mas é dotado também de caráter universal,

promovendo um ambiente social, cultural e tradicional que precede e influencia o próprio pensamento. As representações sociais tem certa autonomia, variam e se descolam da estrutura social, porém têm como base outros pressupostos ou “temas gerais” detidos na generalidade flutuante; uma certa coerção da forma de agir, uma vez que a tradição é pré-existente ao próprio pensamento (Moscovici, 2009). O conceito referente a essa elaboração é denominado de “*themata*” é de grande importância na medida em que explicita o trabalho dialético do autor entre a generalidade e a particularidade: embora Moscovici considere a existência de uma estrutura social (ou consciência coletiva, como diria Durkheim) mais ampla, reconhece a importância da ação de grupos e indivíduos específicos, ainda que minoritários, na resignificação dela, sendo este o processo pelo qual se dão as mudanças sociais - e não pelo sistema social mais amplo.

Sob esta perspectiva, analisamos as “representações sociais” no contexto de Mariana (MG), antes e após o rompimento da Barragem de Fundão. Em primeiro lugar, o sistema social de Mariana é fortemente ligado à atividade mineradora, sobretudo à Samarco - controlada pela Companhia Vale do Rio Doce e a australiana BHP Billinton. A cidade e seus arredores possuem uma forte dependência socioeconômica frente a estas empresas. Por isso, a região direcionou boa parte de suas atividades econômicas, empregos e formação educacional para a sustentação da atividade.

Existem particularidades entre os grupos que os diferem entre si, como uma continuidade do sistema social instituído. O antigo distrito de Bento Rodrigues, por exemplo, era uma comunidade formada no século XVIII e, por isso, sempre foi permeado por uma extensa tradição local. Dentre as tradições, podemos destacar as experiências e vivências da população, bem como sua cultura, símbolos e formação de identidade mais ligada ao senso comunitário e compartilhamento. .

Dando continuidade ao nosso argumento, abordaremos agora a noção de territorialidade e a construção das identidades e senso de pertencimento.

2.3.2. Territorialidade e identidade

A segunda referência teórica a ser abordada refere-se à noção de “**territorialidade**”, tal qual fora utilizada por (Saraiva et al., 2014) em um estudo sobre o mercado central de Belo

Horizonte. O texto reforça as noções de território, identidades e suas relações com as organizações, que consideramos essenciais para a compreensão do nosso problema de pesquisa.

No processo social de constituição do “lugar” existem desdobramentos simbólicos que estão sujeitos à expressão das identidades, representações e ressignificações coletivas. Estes, por sua vez, podem ser traduzidos em formas de ocupação, apropriação e propriedade.

“Esse lugar termina por ser 'produzido' socialmente pelos grupos que o compõem, respondendo às múltiplas representações sociais dos diretamente envolvidos com aquele local. Um mesmo espaço, assim, é territorializado - no sentido apropriado, ressignificado e produzido - dependendo do grupo de referência que dele se apropria e ocupa identitariamente.” (Saraiva et al., 2014, p. 103)

Dessa forma, todas as organizações - formais ou informais - influenciam o território por meio de práticas específicas com seus respectivos desdobramentos simbólicos, com concepções distintas acerca do espaço que vivenciam coletivamente. É inevitável, assim, que emergjam disputas de poder acerca da construção do território, uma vez que a transformação do espaço atende a uma imagem de território desejada e, também, uma necessidade política de “deixar marcas”. Logo, “o que define como tais relações acontecerão é a dinâmica dos grupos que ocupam aquele meio, politizando o lugar e a ele associando uma identidade a qual se vincular” (Saraiva et al., 2014, p. 104).

Esta identidade atrela-se a noção de quem se é ou que papel se ocupa em determinado território, formando um ambiente politizado e disputado entre as experiências distintas compartilhadas por cada grupo - perspectivas coletivas sobre o local, e não individuais.

A relação entre identidade e territorialidade passa a ser produzida não apenas pelas determinações econômicas que, no capitalismo, visam o acúmulo de capital, mas também a uma série de outros fatores relacionados à tradição, simbologia e estilo específicos de determinada territorialidade. Assim, o espaço é territorializado por meio do trabalho - sendo este a base a partir da qual o sujeito tenta recriar sua identidade e, ao mesmo tempo, tornar o espaço um reflexo de si mesmo, atribuindo-lhe símbolos e sentido. Por isso, ainda que o cotidiano envolva inúmeros espaços e lugares que presenciamos, “existem aqueles com os quais nos identificamos, nos reconhecemos e carregamos conosco o seu conteúdo simbólico” (Matos & Guimarães, 2006, p. 280, apud Saraiva et al., 2014).

Transpondo tal perspectiva para a realidade dos distritos mais fortemente atingidos na cidade de Mariana, Bento e Paracatu, torna-se possível compreender que a destruição fora muito além da destruição do espaço físico em si. Atrelados aos espaços, haviam lugares

marcados por uma série de símbolos e marcos de representações sociais (Moscovici, 2009) essenciais para aquelas coletividades; foi deletada a longa trajetória - de três séculos, para Bento Rodrigues - de apropriação do espaço, as formas de trabalho - diametralmente distintas daquelas prezadas por grandes empresas como a Samarco - e os próprios laços sociais que lá residiam, extremamente fortes e fonte de significação central para a consolidação da comunidade. Considerando tais processos, entende-se que a reconstrução de Nova Bento e Nova Paracatu, por mais que ansiadas pela população dos atingidos, será construída sobre outras bases estruturalmente diferentes e são evidentes as marcas deixadas na identidade e territorialidade que permearão o novo espaço. O longo processo de apropriação do espaço dos distritos, as formas econômicas e de trabalho que lhe deram sustentação, a tradição há séculos consolidada não deixarão as marcas que deixaram em Bento e Paracatu, nas novas construções. Esta será refeita em um terreno adquirido pela compra de uma fundação, sustentada por uma grande empresa cujos padrões valorizados muito têm a ver com a sua identidade, por sua vez extremamente distinta daquela compartilhada pelos moradores de Bento. Assim, é de suma importância ressaltar que, por mais eficientes que sejam as ações da Renova para retomar o que foi perdido nos distritos destruídos, tal reparação nunca será total ou, sequer, suficiente.

Para Spink (2001, p. 15) o lugar surge como “uma referência a um horizonte de ações e ligações, de produção de sentido e de lutas. O lugar, como foi definido em termos práticos, é o ‘lugar da gente’. O conceito caracteriza aquele espaço povoado, para um fim determinado, abrangendo tudo aquilo que nos está disponível, isto é, são as forças sociais em constante construção. Assim, tem seus limites e horizontes produzidos e disputados por nós mesmos. É no lugar, então, em que se enraízam a territorialidade e a identidade, com base nas ações, demandas, conflitos e reivindicações compartilhada por aqueles que o constroem - sejam elas locais ou não.

Sendo o lugar, então, a base de enraizamento das forças sociais, é sobre ele também que as organizações se fundam. As organizações formais que, usualmente, baseiam-se em seu espaço social restritivo, distanciam-nas das demais práticas locais e acabam por aceitá-las enquanto entidade natural, uma vez que descolada das demais construções sociais, sobretudo das socialmente marginalizadas. Os processos organizativos informais, por exemplo, são excluídos de tal perspectiva; o que exclui questões centrais ao lugar, como: cuja legitimidade

se baseia em “parentesco, vizinhança, confiança e solidariedade na luta pela sobrevivência; bases estas que muitas vezes encontram-se em confronto com o Estado como cartório de permissão de associação, sendo punidas, expulsas ou fechadas de modos e por motivos os mais variados” (Spink, 2001, p. 20). Assim, propõe-se a abordagem que parta do lugar, levando em conta sua polissemia e quais os limites, horizontes e senso comum compartilhados, sobre o qual tomam forma as ações, representações sociais e disputas de poder. Esta última é de grande importância, pois o lugar encontra-se totalmente suscetível à quaisquer definições e imposições, uma vez que é palco da sociedade civil e dos confrontos que a compõem. Na medida em que a produção de sentido configura-se em ações enraizadas e estas são refletidas nos discursos, instala-se uma disputa por hegemonia de visões distintas, onde grupos mais poderosos tentem à supressão dos direitos e demandas sociais dos demais. E a análise organizacional, por sua vez, seria diametralmente diferente caso partisse do lugar das lutas diárias pelo espaço.

A análise acerca do evento ocorrido em Mariana toma, nesse contexto, outra forma. Se consideramos o lugar como um espaço de disputa de poder, que inicia-se nas ações e no conhecimento sócio-técnico, compondo as narrativas - de forma retroativa -, temos uma outra visão sobre o rompimento da barragem, sobre as formas de ressarcimento e sobre as maneiras como vêm se reestruturando os grupos sociais da cidade, agora de maneira muito mais polarizada. Em primeiro lugar, é evidente que as formas de ressarcimento promovidas pela Renova caracterizam a imposição de uma visão específica e mais dotada de hegemonia, uma vez que a Samarco tem grande poder sobre Mariana, e o Judiciário - que delimitou os crimes e suas compensações - tem a última palavra nessas determinações. Olhando a atuação da Renova de dentro para fora, identificamos seus esforços para o cumprimento das metas que lhe foram impostas; de fora pra dentro, em contato com o lugar dos atingidos e suas lutas diárias - assim como os processos organizativos informais em que se constituem -, é evidente que eles têm muito menos poder de influenciar na narrativa acerca do rompimento e do ressarcimento, e que a Samarco, a Renova e o próprio Ministério Público Federal deixaram muito a desejar no que se refere àquilo que deve ser executado. Um exemplo deste abismo entre os lugares é a utilização do termo “impactado”, utilizado pela Renova, e o termo “atingido”, utilizado por aqueles que defendem seus direitos; diferenciação esta que será detalhada na análise de dados da pesquisa de campo. Tal separação, sendo o primeiro conceito

muito mais restritivo que o segundo, causou graves desentendimentos entre os atingidos, na medida em que utiliza critérios de diferenciação entre pessoas na mesma condição - os atingidos. Por fim, é necessário pensar quais são os impactos do rompimento da barragem - e dos crimes que lhe causaram - em um lugar cuja produção é fortemente marcada pela grande importância - física e simbólica - das atividades da Samarco.

2.3.3. Similaridades entre a ruptura social da Vale em Itabira-Mg e a ruptura social da Samarco em Mariana-Mg

A tese de doutorado de Luiz Alex Saraiva (2009) trata do papel da Vale no contexto de Itabira, cidade onde exercia sua atividade mineradora, ainda como estatal. A empresa era o marco para a região de uma grande dependência econômica e afetiva, até que seu processo de privatização causou uma ruptura dessa relação de proximidade. A análise desse estudo tem grande importância na elaboração do presente trabalho, na medida em que se debruça sobre uma realidade muito similar, de uma grande mineradora localizada numa cidade pequena e a dependência criada em torno desta empresa.

A atuação da Vale em Itabira tem início em 1942, como uma forma de atender a crescente demanda do setor siderúrgico, sobretudo a partir do milagre econômico da década de 1970, quando o grande crescimento das atividades mineradoras acabou por tornar Itabira fortemente dependente da empresa. Tal influência transcendia os aspectos econômicos, interferindo nas decisões do poder público (ou subordinando-as), ditando as formas de organização de grupos para negociar com ela e conferindo maior prestígio social àqueles que nela trabalhavam. Muitas vezes, também, apareceram na descrição da empresa as figuras da “nave mãe” - distante do cotidiano, ao mesmo tempo que autoritária na medida em que detinha a “permissão”, além da provisão de “amor” e “carinho” em forma de benefícios ou favores sociais -, e a figura paternalista - que é provedor dos seus filhos, ao mesmo tempo que castra neles alternativas que lhe possibilitariam maior independência.

Assim, “a cultura do mando se estabelece associada à da subserviência. (...) Essa separação é associada à cultura da dádiva, na qual quem detém o poder concede regalias aos que não o possuem” (Salles, 1994 apud. Saraiva, 2009p. 259). Para participar do referido sistema de regalias, era necessário seguir a demanda da empresa: a Vale requiritava da população de Itabira a mão-de-obra pouco qualificada, associada ao “homem-muque”, enquanto

que as posições mais qualificadas vinham de fora. A relação resultante destes processos, então, ficou marcada pela forte dependência econômica e afetiva - devido aos recursos investidos na localidade, sempre na forma de favores -, e a população tornou-se um ator passivo e com baixa auto-estima nesse processo, prezando sempre a segurança da organização em detrimento de seus interesses próprios. Itabira criou fé nos postulados da empresa e um fortíssimo sentimento de pertencimento atrelado à sua figura.

Contudo, o referido amor pela empresa não era unânime e, muito menos, totalmente coerente. A visão da empresa como um mal necessário, uma vez que as alternativas econômicas eram muito escassas, foi demonstrada por vários dos entrevistados. As relações de trabalho também deixavam muito a desejar, pois não obstante o prestígio e a estabilidade, o salário era baixo e o trabalho, duro. A situação econômica tinha uma grande importância no simbolismo atribuído à empresa:

“Quem da empresa depende tem algo parecido com esperança na imagem representada da organização, o que não acontece com quem dela independe. É muito interessante pensar que é a economia que define, essencialmente o tipo de imagem significada da Vale na cidade. Mas, contraditoriamente, e em meio a críticas, ainda é forte o desejo de fazer parte da empresa.” (Saraiva, 2009, p. 268)

As críticas, por sua vez, agravaram-se após o processo de privatização da Vale em 1997, quando as diretrizes da empresa foram sendo cada vez mais direcionadas para a obtenção de lucro. O resultado foi a profissionalização dos laços empregatícios, a negligência com relação às benfeitorias que antes realizava e a descartabilidade do empregado; fatores que geraram uma sensação de “abandono” pela empresa que, a partir de então, passa a ter diversas opções de exploração, todas extremamente descartáveis a partir do mundo que têm reduzidas as margens de lucro. Cada vez mais, a atividade da Vale se tornava um “mal-necessário”, uma empresa que - como qualquer outra - lucrou com a exploração do minério que pertencia à região, revertendo a lógica de Itabira como devedora da Vale. Infelizmente, a própria população parecia ser um obstáculo para a diversificação da economia; a passividade com qual se acostumou a população local atribuía, ora à Vale a necessidade de tornar Itabira independente, e ora o poder público, que teria falhado ao não aplicar a renda advinda da mineração na criação de uma economia paralela, como se a Vale não tivesse responsabilidade alguma neste processo. A saída parece apontar, somente, para o momento de esgotamento das jazidas de ferro, quando não haverá saída, senão o desenvolvimento de outros meios de

acelerar a economia local; ainda assim, é marcante a grande falta de articulação e de planejamento para o futuro.

Em diversos aspectos, nota-se a possibilidade de transposição de alguns fatos analisados por Saraiva (2009) para a realidade de Mariana, antes e após o rompimento da barragem. Tanto a Vale em Itabira, quanto a Samarco - e também a Vale - em Mariana, representavam uma grandes empresas, estabelecidas nas cidades há décadas e com uma atividade econômica extremamente centralizadora e castradora: a mineração. Decorrente dessa relação de dependência econômica, uma série de simbolismos passam a ser atrelados às empresas, uma vez que estas passam a ser um ponto central da construção dos territórios e identidade, assim como das representações sociais já abordadas.

“A organização estendeu seu significado a terrenos variados (...). Da dependência da mineração a uma relação de amor e ódio com a empresa, representada por muitos como onipresente e autoritária, mas que também é alvo de ações deliberadas dos empregados, o que se dá a partir da construção de uma imagem, do significado de trabalhar na organização dada a sua importância na cidade e da própria dinâmica de particularização.” (Saraiva, 2009), p. 257)

A Samarco, por sua vez, era conhecida em Mariana por tratar seus funcionários ainda melhor do que a Vale, com maior garantia de direitos e estabilidade; a primeira, assim como a segunda, investia ativos na comunidade local sob a mesma lógica das benfeitorias; e o nível de movimentação econômica gerada pela Samarco e suas terceirizadas era responsável pela maioria exorbitante da renda da cidade. É evidente, que a dependência afetiva também se desenvolveu, sendo trabalhar na Samarco a aspiração de boa parte da população marianense. Entretanto, assim como a privatização da Vale representou uma ruptura de sua relação com a sociedade, o rompimento da barragem em Mariana também gerou uma certa desconfiança perante a empresa. Antes disso, a Samarco já vinha precarizando as condições de sua mão-de-obra para otimizar sua produção em tempos de redução do preço do minério, o que já colocava em cheque algumas das representações positivas que a população atribuía a ela; com o rompimento, então, tal cenário se agravou.

A situação de Mariana traz uma circunstância muito mais complexa na relação entre empresa e sociedade, na medida em que não foi apenas uma mudança na lógica interna da empresa que transformou seus vínculos: a ruptura foi decorrente, na realidade, de um crime corporativo - como será tratado a seguir - cujo resultados foram mortes, incontáveis perdas e completa estagnação econômica. Isso, por sua vez, foi capaz de trazer uma nova configuração das representações sociais referentes à empresa pois, a classificação da empresa como um

“mal necessário” em Itabira, tomou forma, em Mariana, de uma empresa que sustentava a totalidade da economia e, de repente, passou a destinar todos os seus recursos à reparação de danos de apenas uma parcela da população: os atingidos. Do ponto de vista da dependência econômica, é evidente o impacto que a interrupção das operações da Samarco na economia local; do ponto de vista afetivo, por sua vez, a empresa não apenas deixou de injetar ativo na população em geral, mas direcionou-o a uma parcela específica. O sentimento geral de abandono toma forma, aqui, de uma grande polarização social, em que os “responsáveis” pelo abandono têm nome, casa e uma situação extremamente vulnerável. A discussão passou a ser pautada, pelos defensores da Samarco, como se a luta pelos direitos dos atingidos fosse uma oposição à volta das atividades mineradoras quando, na verdade, eles têm plena consciência da importância desta atividade para a manutenção da economia local, ainda que muitos deles desfrutem de outras formas de sobrevivência. Por isso, é possível associar tal defesa irracional da Samarco, com ataques violentos aos atingidos, como uma forma de voltar a ser amado, de retomar uma identidade perdida.

A denúncia efetuada pelo Ministério Público Federal contra o rompimento da Barragem de Fundão revelam as circunstâncias dos fatos criminosos ocorridos. Dentre eles, podemos citar a ocorrência de eventos lesivos como os crimes ambientais previstos na legislação, são eles: crime qualificado de poluição, crimes contra a fauna, crimes contra a flora, crimes contra o ordenamento urbano e o patrimônio cultural, crimes contra a administração ambiental. Além da ocorrência de crimes previstos no Código Penal Brasileiro, como o crime de inundação, crime de desabamento/desmoronamento, crime de homicídios, impossibilidade de defesa das vítimas, qualificado por motivo torpe ou cruel e crimes de lesão corporal.

Dado a qualificação judicial de crime, adotaremos a condição de crime corporativo que será abordada no tópico seguinte.

2.3.4.Crime Corporativo

O termo crime corporativo entra no trabalho como uma forma de explicitar qual foi o caráter do acontecimento que incorreu no rompimento da barragem de Fundão em 05 de novembro de 2015. A ruptura advinda do desastre é um marco para todos os conceitos até então abordados, na medida em que é a partir deste dia em que a representação social da

Samarco e da mineração tomam outra forma, assim como seu papel na construção do território e da identidade organizacional, além, é claro, dos impactos diretos relacionados à questão da dependência econômica e afetiva a ela atreladas.

A abordagem utilizada para a compreensão do conceito será a de Alcadipani & Medeiros (2014), em que a perspectiva de crime corporativo se fundamenta na construção de Hannah Arendt sobre “banalidade do mal”. Na ideia de que hoje, as grandes corporações, sendo capazes de moldar a sociedade conforme seus interesses ainda que estes, eventualmente, possam vir a trazer prejuízos para o restante da população. Nesse contexto, os crimes corporativos são entendidos como “atos corporativos que resultam em prejuízos para a sociedade, sejam consumidores, empregados, comunidade, investidores, governos e meio ambiente” (Alcadipani & Medeiros, 2014, p. 220) e que configuram crime na medida em que se omitem ou agem de maneira ilícita, culminando, assim, em sanção de natureza penal.

Tais circunstâncias não envolvem, necessariamente, uma conduta criminoso por parte da organização: podem ser decorrentes “de decisões tomadas para alcançar os objetivos corporativos, não havendo um questionamento sobre seus efeitos” (Alcadipani & Medeiros, 2014), p. 220). Outra possibilidade é que a prevenção seja possível, porém a um custo que a empresa não esteja disposta a arcar. Erros e desastres não configuram crime corporativo; este precisa ser decorrente de uma má conduta em resultado da omissão, negligência ou infração, que busca beneficiar o próprio indivíduo ou a empresa, sem, necessariamente, ter o intuito de causar danos. O próprio Eichmann, como descreve Hannah Arendt, agiu conforme seus objetivos corporativos, cumprindo ordens como deve fazer um burocrata. De acordo com os autores:

“É nesse sentido que analisamos os crimes corporativos: são cometidos ‘como se fosse algo comum’, pois esses são resultado de decisões tomadas para alcançar os objetivos normativos, procedimentos operacionais padrões e normas culturais da organização. Sendo assim, os crimes corporativos, quando cometidos em busca do cumprimento de objetivos corporativos, não podem ser explicados como fatalidade.” (ALCADIPANI & CINTIA, 2014, p. 220)

Da mesma forma, a estrutura organizacional não abre espaço para o posicionamento crítico de seus funcionários, uma vez que é voltada para o cumprimento de metas:

“As regras e o funcionamento do ambiente organizacional foram produzidos, previamente, para alcançar resultados planejados. Assim, o questionamento a esse sistema não é próprio da sua dinâmica, sendo a conduta dos indivíduos incentivada pela estrutura de regras e planos que os tornam incapazes de criticar e prever as

consequências dos seus atos e se traduz na banalidade do mal” (ALCADIPANI & CINTIA, 2014, p. 220)

Sob essa perspectiva, é possível classificar o evento ocorrido em Mariana como um crime corporativo cometido pela empresa Samarco, assim como a Vale e a BHP, principais acionistas da primeira. Isto porque há indícios de que os riscos referentes ao rompimento da barragem de Fundão foram previamente retratados para a empresa, que foi - segundo o inquérito - negligente no que diz respeito aos reparos necessários. Além disso, dados evidenciam que, enquanto a empresa reduzia os gastos em geotecnia, aumentava substancialmente a sua produção. Dessa maneira, a empresa - no intuito de cumprir seus objetivos de otimizar o lucro - acabou por desconsiderar as possíveis consequências desse processo. Não necessariamente a organização, ou os indivíduos indiciados relacionados a ela, tiveram o intuito de causar os danos que causara; muitas vezes cumpriram as medidas necessárias para otimizar o desempenho da empresa. Nesse sentido, encaixa-se a noção da “banalidade do mal” de Hannah Arendt, uma vez que os erros, desastres e má condutas são, muitas vezes, resultados de uma estrutura burocrática e organizacional que impõe obrigações e não possibilita o questionamento crítico acerca dos resultados externos a elas.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo descreveu-se o processo metodológico utilizado para realizar este estudo. Dessa forma, o primeiro item tratou da natureza do estudo e tipo de pesquisa. O segundo tratou da coleta de dados e tratamento das informações.

3.1. Natureza do estudo e tipo de pesquisa

No presente estudo utilizamos a metodologia qualitativa, exploratória de caráter interpretacionista para acesso e conceituação da realidade (Godoi, Bandeira-de-Mello, & Silva, 2006).

A pesquisa qualitativa é um conceito “guarda-chuva” e por, assim ser, aborda várias formas de pesquisa que nos permite compreender e explicar o fenômeno social (Merriam, 2002). Ela permite, por exemplo, analisar com detalhes valores, emoções e opiniões particulares, variáveis que não podem ser quantificáveis, mas que são de suma importância para a construção da pesquisa social (Goldenberg, 1997).

Como percurso metodológico, adotou-se o estudo de caso dado o estudo profundo da realidade. Isto é a imersão de 20 dias na cidade de Mariana, conhecendo os detalhes econômicos e sociais referentes ao Rompimento da Barragem de Fundão, da mineradora Samarco. Acredita-se que tal percurso permitiu o conhecimento amplo e detalhado da realidade (Gil, 2017)

3.2. Coleta de dados e tratamento das informações

Como no estudo de caso o pesquisador está mais voltado à compreensão dos processos sociais que ocorrem num determinado (Merriam, 2002), partimos de uma coleta de dados com base em:

1. Observações de eventos e reuniões realizadas (4);
2. Registros fotográficos e filmicos da realidade física observada. Ambos efetuados pelas três pesquisadoras (37,7 GB)
3. Notas de campo efetuadas em 3 diários de bordos, um para cada pesquisadora;
4. Entrevistas abertas não gravadas com representantes da comunidade atingida (5);
5. Entrevistas abertas não gravadas com Secretário da fazenda (1), Vereador (1), Assistentes Sociais (2), Assessor de meio ambiente (1) da Prefeitura Municipal de Mariana;
6. Entrevista aberta não gravada com representante da Cáritas - Assessoria Técnica aos atingidos e atingidas pela Barragem de rejeitos da Samarco em Mariana-MG (1);
7. Entrevista aberta não gravada com o promotor de justiça de defesa dos direitos humanos de Mariana, Ministério Público (1);
8. Entrevista aberta não gravada com funcionários da Fundação Renova (5);
9. Entrevista aberta não gravada com liderança religiosa da Arquidiocese de Mariana (2).
10. Trechos de edições do Jornal A Sirene.

Assim, a coleta de dados foi realizada pela observação dos indivíduos no ambiente a fim de chegar a uma interpretação dos processos envolvidos na significação do mundo real.

Dessa maneira, a coleta de dados é resultado de um trabalho de campo com duração de vinte dias no mês de julho no ano de 2017 em Mariana (MG). Os dados obtidos são resultados de anotações de campo, fotos e filmagens realizado por três pesquisadoras; duas graduandas e uma pós-graduanda em administração da Fundação Getúlio Vargas. No tempo de imersão foi possível entrar em contato com; a comunidade local, poder público, empresas privadas, movimentos sociais e ONGs.

4. ANÁLISE DE DADOS

Na análise dos dados são apresentados os resultados e a conclusão da pesquisa, que poderá ser final ou apenas parcial, deixando agenda para pesquisas posteriores (Marconi & Lakatos, 2004). Portanto, nesse estudo foi usada a análise de conteúdo, que, segundo Bardin (2004) consiste em:

- a) Pré-análise, isto é preparação das informações que entram no recorte do problema de pesquisa;
- b) Exploração do material, que consiste na leitura minuciosa e transformação do conteúdo em unidades de sentido;
- c) Tratamento dos resultados, inferência e interpretação, que consiste na categorização, classificação das unidades de sentido em categorias, descrição e interpretação.

Sendo assim, os dados foram analisados a partir dessas etapas e da observação do referencial teórico acima apresentado.

4.1 Categorias e Unidades de sentido encontradas

As categorias foram definidas de acordo com a temporalidade relatada sobre o rompimento da barragem de Fundão. Todavia, nas unidades de sentido, buscamos explorar os elementos fundamentais nas comunicações, textos e eventos que tivemos acesso durante o período do conexão local. Desta forma, os números atribuídos ao tipo de coleta estão em conformidade com a numeração (1 a 10) apresentada no item 3.2 Coleta de dados e tratamento das informações.

Assim, encontramos um total de nove categorias de análise que possibilitaram a emergência de quarenta e sete unidades de sentido. Em alguns trechos de análises colocamos

os nomes das unidades de sentido ou sua numeração (1 a 47), com a finalidade única de tornar o texto mais dinâmico ao leitor.

A) Comunidade de Bento

CATEGORIA	Unidades de Sentido	Relato	Tipo de coleta
Comunidade Bento	1) Tradicionalismo	"Bento é mais velho que Mariana. Bento desde 1726 a Igreja lá foi construída, por volta de 1700 já tinha Igreja com missa. [...] A Germano [barragem] que é a maior tem 40 e poucos anos."	2;3;4
	2) Religiosidade	"Foi um anjo da guarda que apareceu naquele dia pra ajudar as pessoas."	2;3;4
	3) Senso de Comunidade	"Mais a comunidade, todo mundo era parente de todo mundo [...]. Todo mundo conhecia todo mundo, todo mundo via todo mundo todo dia, era um lugar muito tranquilo"	2;3;4

Na categoria de análise “Comunidade de Bento” percebemos as representações sociais (Moscovici, 2009) relatadas pelos atingidos em suas experiências cotidianas com antiga comunidade de Bento. Dessa maneira, o tradicionalismo, a religiosidade e o senso de comunidade estão cristalizadas nos relatos observados.

Notamos que o espaço geográfico desta comunidade estava imbricado de interações humanas que construíram e compunham uma realidade partilhada (Saraiva et al., 2014). Esta, permitia tanto formas coletivas de compreensão da realidade (tradicionalismo e senso de comunidade) quanto os sentidos pessoais e vivências experienciadas (religiosidade).

Esses elementos levantados pelos atingidos são inerentes às relações estabelecidas com as organizações que compunham o lugar, como podemos perceber na fala sobre a construção da Igreja de Bento e a construção da barragem de Germano.

Logo, entende-se que Bento era um lugar produzido socialmente pelos grupos que ali estavam e que respondia a diversas representações sociais dos envolvidos, inclusive pelas organizações que lá se instauraram (Saraiva et al., 2014). Nesta seara, analisamos a seguir a relações entre comunidade de Bento e a mineradora Samarco.

B) Relação comunidade de Bento e mineradora Samarco

CATEGORIA	Unidades de Sentido	Relato	Tipo de coleta
Relação comunidade de Bento e mineradora Samarco	4) Macrodependência econômica	<p>“A gente vivia lá na roça, 28 anos que eu sou produtor de eucalipto entendeu. A gente tem uma economia lá numa associação que a gente tem, de 400mil reais por mês. A gente nunca dependeu de mineração para nada. Eu nem sabia que existia uma barragem por cima de mim. Agora as pessoas ficam aí com demagogia. Eles deviam estar lá no dia da lama, que a gente tava lá no salve quem puder”</p> <p>“Mariana se desenvolveu com dependência muito alta em torno da mineração”</p>	1;2;3;6
	5) Confiança e dependência afetiva	“Muitos na população defendem [a Samarco], porque ela tinha a tal da 'responsabilidade social', mas hoje é Vale e BHP que controlam ela”.	3;4
	6) Desconfiança e medo	<p>"Eu sempre tive medo. Muitas pessoas acreditavam no pessoal da Samarco falando, que era seguro, que eles monitoravam o tempo todo, passava segurança. Mas eu sempre tive medo."</p> <p>“É uma segurança que eles passavam, de que a barragem era segura. Tão segura que os pesômetros não funcionavam. Nada funcionava direito. E assim, o governo também tem culpa, porque se eles vistoriassem direito e não tivesse dinheiro por fora pra dar não dar os laudos certos, talvez poderia não ter acontecido o que aconteceu."</p>	3;4
	7) Relação de Poder	<p>"Ainda tem cem anos de minério, então pode até fechar CNPJ da Samarco, que os acionistas abrem outra, mas não vão sair daqui"</p> <p>“Estado é submisso à mineração”</p>	3;6

Nesta segunda categoria abordamos a interação entre a comunidade de Bento e a empresa Samarco, sendo tal interação dotada de algumas particularidades com relação ao contexto marianense mais amplo. É importante observar, primeiramente, que apesar da grande influência cultural e econômica que a Samarco exerce sobre a cidade de Mariana, tal relação

tem uma forma distinta em cada território (Saraiva et al., 2014), resultando em experiências compartilhadas distintas.

Sobretudo em Bento Rodrigues, devido à sua forte tradição local, a mineração nunca foi o principal meio de sustentação da comunidade. Esta, desenvolveu-se pautada em meios de produção de subsistência ou por meio da agricultura e da criação de gado, como pode ser observado no relato da unidade de sentido macrodependência econômica.

Inclusive, o primeiro excerto visa frisar tal independência, como uma oposição àqueles que hostilizam os atingidos, representantes do movimento Justiça sim, desemprego não #FicaSamarco. Tal movimento argumenta que existe uma dependência econômica na região e que muitas pessoas estão desempregadas porque a Samarco ainda não voltou suas operações. Dessa forma, a falta de emprego levará a cidade a um momento caótico para todos. Atribuem também, a causa do não retorno das operações da Samarco aos atingidos, já que estes estariam financeiramente dependentes (cartão/ticket) e se aproveitando da mineradora e das ações de compensação da Renova. Isso porque, segundo o movimento, muitos atingidos tem hoje mais bens materiais do que possuíam em Bento.

Neste mesmo excerto, os defensores do movimento #FicaSamarco são retratados como "demagogos", indicando a tirania e hegemonia dessa dependência no tecido social. Coloca-se aqui, uma luta clara entre Atingidos, Samarco e #FicaSamarco. Todavia, essa disputa não se trava sobre a volta ou não da empresa, mas sim, sobre a garantia ou não de direitos dos atingidos. Toda essa instabilidade instaurada no tecido social se deriva da perda de um símbolo social: a bela imagem da Samarco para os cidadãos marianense. Isto pode ser observado em "muitos na população defendem [a Samarco], porque ela tinha a tal da 'responsabilidade social'. O que reforça ainda mais o argumento de dependência econômica e afetiva em torno da mineradora (Saraiva, 2009).

No território de Bento, a relação com a empresa era mais próxima e mais conflituosa: o medo do rompimento das barragens estava sempre presente, bem como a desconfiança. Isto pode ser percebido na unidade de sentido desconfiança e medo.

Assim, para os atingidos, em qualquer circunstância, Bento seria diretamente prejudicada. Essa categoria é, também, marcada pela presença de unidades de sentido contraditórias como Confiança e dependência afetiva e Desconfiança e medo. A presença de conjunções adversativas, que indicam a oposição de ideias entre as unidade de sentido 4, 5 e

6; de provocações (7) e ironia (6). Isso evidencia uma mudança na imagem da empresa, ou até mesmo dois comportamentos distintos por parte dela, um perante os atingidos e outro perante seus processos internos. De ambas as formas, a empresa aparece como uma importante representação social (Moscovici, 2009) ao compor a territorialidade (Saraiva et al., 2014) do lugar (Spink, 2001) de Bento Rodrigues.

Outra colocação importante é a evidência do poder da Samarco, não apenas como força motora da economia, mas também como detentora das informações essenciais à vida da comunidade - tal qual, a segurança de Bento perante a fragilidade da barragem - e como influente nas representações sociais (Moscovici, 2009) que permeavam a vivência em Bento Rodrigues, como a suposta segurança relatadas nas unidades de sentido 5 e 6.

O convívio entre Bento e Samarco foi historicamente demarcado por representações sociais e relações assimétricas de poder. Em que, uma comunidade até mais antiga que Mariana, era representada, apropriada e ressignificada como um local (Spink, 2001)) de não lugar pela mineradora Samarco, o elo mais forte da relação assimétrica. Ao ponto desta empresa negligenciar o aviso, o perigo, e a destruição proporcional ao rompimento de uma barragem como a de Fundão. A seguir analisamos a categoria rompimento.

C) O rompimento

CATEGORIA	Unidades de Sentido	Relato	Tipo de coleta
	8) Falta de transparência e informação	"A gente tinha medo também, sabe. Aí fazia reunião com eles, a gente perguntava: "aqui ó, tem perigo da barragem romper?", 'não, pode ficar tranquila que não vai romper nunca.' [...] E quinze dias antes [do rompimento] teve uma reunião e o rapaz falou que garantia que não ia romper. Quinze dias antes! E pior que a gente não gravava, sabe."	2;3;4

O Rompimento	9) Senso de Comunidade/ Solidariedade	"Na hora que ele ligou o radio da caminhonete, o rádio que a gente usava, né, pra trabalhar, já ouvi as pessoas gritando lá que a barragem tinha rompido. E eu falei: 'esses barulho é barragem chegando aqui. Tchau pra vocês que eu vou avisar meu povo. Peguei a minha motinha e saí gritando 'corre que a barragem estourou!'. E a lama já estava chegando em Bento Rodrigues, foi o tempo de correr ou morrer."	3;4
	10) Religiosidade na narrativa do desastre	<p>"A gente olhava o céu, só via o céu. Embaixo, aquele tanto de coisa, tudo virando assim: as casas, árvore, carro, tudo virando. [...] A lama conseguia arrancar a casa inteira e revirar igual trator revirando as coisas"</p> <p>"A lama fez assim, ó, cercou o Bento, aí nós ficou no meio. Ela subindo aqui, assim, descendo, aí nós correu pra lá, e aí ela fechou nós. Nós corremos e ela atrás de nós, questão de metros. [...] A rua ficou limpa, mas de um lado e de outro tinha lama, nem sei que que é aquilo. É a mão de Deus..."</p> <p>"Graças a Deus deu certo, porque eu arrisquei minha própria vida, né. Porque eu atravessei na frente dela [a lama]. Ela vinha e eu fui, aí ela passou e depois ela voltou, entendeu? Atravessei na frente dela, assim que eu passei na ponte, ela veio e arrancou a ponte. Assim, foi loucura, foi a tarde do terror."</p>	3;4
	11) Desamparo	<p>"Passamos a noite em Bento Rodrigues, na escuridão e na incerteza"</p> <p>"Foi assim uma noite desesperadora, porque ninguém sabia se ia sair com vida"</p>	3;4

A narrativa do rompimento da barragem, por sua vez, possui elementos diversos, uma vez que traz diferentes representações que intermediam a relação entre os fatos, as significações e construções de sentido sobre o episódio. Assim, elementos como o medo do desastre presente na unidade de sentido 8, a força dos laços de comunidade e sociabilidade dos moradores de Bento (9) e a importância da religiosidade (10) na construção da realidade aparecem novamente entre os entrevistados.

O medo, relatado na unidade de sentido 8 e que se refere à possibilidade de rompimento da barragem, constantemente negada pela empresa, chega no seu ápice na última unidade (11), em que - já ocorrido o desastre - o pouco caso com a população foi mantido, assim como a falta de informação e transparência. Tais colocações corroboram com o argumento de crime corporativo (Alcadipani & Medeiros, 2014) na medida em que a falta de informação, por parte da empresa, é constitutiva de uma negligência decorrente da ênfase extrema atribuída ao cumprimento dos objetivos da organização (no caso, o lucro), sem a preocupação com a realidade dos sujeitos externos a ela.

Por fim, a referência à religiosidade, muito atrelada à própria noção de comunidade, encara a sobrevivência do grupo como uma intervenção divina, com referências ao céu (10) e expressões como “é a mão de Deus” “graças a Deus” (10). A seguir, analisamos os impactos causados pelo desastre.

D) Pós-rompimento

CATEGORIA	Unidades de Sentido	Relato	Tipo de coleta
Pós Rompimento	12) Ruptura dos laços tradicionais de sociabilidade	"Eu, pelo menos, tem gente de lá que eu não vi mais depois do dia da lama, não" “Os atingidos estão se desmobilizando pela demora e pela saúde mental, e é o que a Samarco quer. Os atingidos não tinham cultura organizacional, política. Era tudo pautado na Igreja e nas festividades.”	2;3;4;6
	13) Providências da empresa e exigências judiciais	"Nós ia ficar na arena, que tava cheio de colchão? Eles ia deixar nós lá na arena, só que o promotor [de justiça da comarca de Mariana] foi e entrou com uma medida e obrigou eles a colocar a gente no hotel. Mas, até então, a gente ia ficar na arena. Foi a Igreja e o Dr Guilherme."	2;3;4

	14) Hostilização dos atingidos por terceiros	<p>"Ficavam gritando, lá: 'Ó os da lama!'"</p> <p>"Lá [na escola] no Bento tinha, assim, reunião de pais, [...] confraternização lá dos alunos e cada um levava uma coisa no aniversário de cada um dos meninos [...]. Aí fomos continuar fazendo aqui em Marina. Aí começou a fazer e eles [a população de mariana] acharam que era Samarco que tava dando, teve um grupo lá que entrou com um pedaço de pau e falou assim 'se dá dando pra vocês, tem que dar pra nós também'. Tudo que sobrou pegou e jogou no lixo e os meninos ficaram tudo trancado na sala com medo de fazerem alguma coisa com eles."</p>	2;3;4
	15) Transtornos de saúde	<p>"[Meu filho] já teve problemas psicológicos, tem medo de barulho, zueira, escuridão, chuva, tudo tava gravado na mente dele. Aí ele fez sessões de psicológico, [...] aí medo dele acabou."</p> <p>"Estão ficando doentes, são pessoas de idade, não estão aguentando a situação."</p>	3;4;6
	16) Ruptura da Confiança	"A Samarco era tida como a melhor empresa, em termos de segurança, em termos de pagar funcionário... Mas é a ganância né, porque se ela tivesse feito essa, a Santarém, igual ele fez a Germano... A Germano tem quarenta anos e tá ótima [...]. Mas é a ganância, né, de querer fazer tudo com material de segunda, tudo com pressa	3;4
	17) Assédio da mídia	"Quem tava no hotel, gente, a gente via que era o dia inteiro, dia inteiro repórter, do mundo inteiro. [...] Agora não tem muito mais não, acalmou, né? Quando tava fazendo um ano, né, aí começou de novo, [...] acho que vai vir muito de novo quando começar o Novo Bento."	

Os efeitos do rompimento da Barragem de Fundão foram vastos. Desde de efeitos imediatos, como as mortes e destruição, até aqueles que se prolongaram ao longo tempo, como a mudança da estrutura social e o surgimento de um novo conflito entre grupos. Além, da degradação da saúde da população, mudança da imagem da empresa e a interferência midiática na construção de sentido sobre o rompimento.

No que tange a atual realidade dos atingidos, as falas indicam o distanciamento dos laços sociais, anteriormente muito próximos, como podemos perceber na unidade 12. O excerto apresentado nesta unidade traz a acusação de que tal processo é uma estratégia da própria Samarco para desmobilizar as populações atingidas em sua luta por direitos.

A unidade de sentido 13, por sua vez, sugere nas suas entrelinhas que a preocupação da Samarco com relação ao ressarcimento dos danos decorre, principalmente, das exigências judiciais e não de sua boa vontade. Em sequência, o trecho apresentado na unidade de sentido 14, sugere uma mudança na imagem da empresa após o rompimento. Já que a imagem de uma organização responsável e segura transformou-se numa percepção negativa - em muitos casos - de uma empresa que perdeu suas qualidades na busca pelo lucro e pela produtividade, como podemos perceber no trecho “mas é a ganância” da unidade de sentido 16.

Devido à importância da organização na construção do imaginário social e das representações coletivas, a mudança na forma como a empresa era vista é decorre da ruptura social que incidiu sobre o tecido social. Assim, a dependência econômica e afetiva (Saraiva, 2009) que estruturava a relação entre Mariana e a Mineradora foi rompida, o sentimento de abandono e incerteza se instaurou sobre as relações. A antiga relação de fé, proximidade e confiança se dissipou diante do rompimento.

Além disso, observamos relatos de danos psicológicos decorrentes do desastre, como podemos observar na unidade de sentido 15, bem como a hostilização que os atingidos (14) vêm sofrendo. O constante desgaste das populações atingidas, sobretudo pessoas idosas (15), além dos desgastes causados pelo assédio da imprensa no momento imediato ao rompimento (17). No que diz respeito à hostilização, a expressão "Ó os da lama" (14) para se referir aos atingidos, caracteriza uma representação dessa população que está sendo estereotipada e marginalizada. É como se o local de Bento não caracterizasse efetivamente um lugar (Spink, 2001) e seus integrantes não fossem um grupo dotado de subjetividades e representações comuns, podendo - segundo essa linha de raciocínio - ser reduzidos a uma condição física e desastrosa, sobre a qual se encontra, agora, o território de Bento.

E) Nova relação entre Bento e Samarco

CATEGORIA	Unidades de Sentido	Relato	Tipo de coleta
-----------	---------------------	--------	----------------

Nova Relação entre Bento e Samarco	18) Frustração	“Eu tenho o direito de fazer perguntas para a Samarco por um dos maiores crimes ambientais da história do país. Você gerou uma tristeza no peito de uma pessoa. Você [Representante da Fundação Renova] afirmar que, aqui tem várias testemunhas, que isso [permuta] não vai acontecer? Você não está entendendo o sofrimento que estamos passando aqui dentro de mariana”	1;2;3;4
	19) A vida tem que continuar	“A gente tem tentado defender, nas nossas tentativas de acordo com a Fundação Renova, que a vida das pessoas não foi interrompida, ela tem que continuar. Então, as pessoas vêm tentando levar a vida adiante: sem casa, sem emprego, sem fonte de renda...”	1;2;3;6
	20) Questionamentos	“Gostaria de saber como você vai fazer uma permuta com uma igreja do século barroco que tem 250 anos? Sem lógica, né? Se você não vai fazer com isso como você vai fazer com os atingidos”.	1;2;3;4

Essa categoria emerge das mudanças na relação entre Bento e Samarco no momento de pós-rompimento. Como verificado na categoria Pós-rompimento, o desastre acarretou em uma série de mudanças na imagem da Samarco.

Tal mudança traz grandes impactos para as representações sociais da população marianense, uma vez que a empresa é parte importante da construção de sentidos. Similar ao que foi analisado por Saraiva (2009) em relação à importância da Vale para a cidade de Itabira. Já que tanto no caso da Vale quanto no da Samarco, além da grande movimentação econômica gerada pela mineração, a atuação das empresas contava com o constante investimento de ativos na comunidade local sob a lógica das benfeitorias.

Dessa forma, a dependência econômica ultrapassou as barreiras materiais e alcançou as afetivas. De modo que, assim como a privatização da Vale representou uma ruptura de sua relação com a sociedade, o rompimento da barragem em Mariana também gerou uma quebra de laços afetivos que permeavam a relação com a empresa. Assim, não só criou-se desconfiança e raiva da empresa, como também surge uma sensação de frustração e abandono. Mais à frente, na categoria Disputas de Narrativas, desenvolveremos de que maneira tal sensação pode acarretar na emergência de representações sociais entre a defesa da Samarco e os direitos dos atingidos como relações opostas.

Além disso, começam a aparecer as insatisfações e o senso crítico com relação às formas de ressarcimento dos atingidos. Seja referente à falta de informação e transparência da organização (Fundação Renova) perante os atingidos, como pode ser observada na unidade de sentido 18. Seja no pouco caso da corporação com a vida dos atingidos, que não pode ser congelada enquanto não são tomadas as devidas providências (19). Ou seja na a insatisfação no que diz respeito ao ressarcimento dos bens (20).

F) Exigências Legais

CATEGORIA	Unidades de Sentido	Relato	Tipo de coleta
------------------	----------------------------	---------------	-----------------------

<p>Exigências Legais</p>	<p>21) TTAC</p>	<p>“Acordo em que os órgãos públicos podem fazer com pessoas físicas ou jurídicas que tenham violado algum direito difuso, individual ou coletivo. [...] É como se fosse contrato, ou negócio jurídico, entre um órgão público e um outro órgão, público ou privado, pessoa física ou jurídica, pra que ela se adeque às normas legais. Ali, você não negocia o bem jurídico, por exemplo o meio ambiente, você negocia como recuperar o meio ambiente[...]Assim, TTAC é uma espécie de acordo em que o MP, quando o utiliza, vai fazer com que essa - pessoa física ou jurídica, pública ou privada - se adeque à reparação ou à prevenção de violações desses direitos previstos na Lei 7347/85, que é a Lei de Ação Civil Pública”.</p> <p>“Por que vocês [Samarco, Vale, BHP] na calada da noite foi lá em Brasília para fazer acordão [TTAC] lá. Sem levar um atingido e agora você quer empurrar tudo por goela abaixo para a gente [atingido], pelo jeito tá indo”</p> <p>"Eles [Samarco, Vale, BHP] viram que eles estavam perdendo o jogo - econômico e não dos direitos, que se eles tivessem no jogo dos direitos hoje eles já tinham até recuperado a imagem deles [Samarco] um pouco. Mas eles pensaram: é melhor constituir uma coisa [Fundação Renova], tirar o Ministério Público da jogada, vamos fazer um acordo [TAP Termo de ajustamento preliminar] com quem a gente pode, que é o poder político - que é a União - e vamo tirar isso tudo dali. E o atingido que mora lá, no distrito longe, como é que ele vai parar em Belo Horizonte? Ele sequer tem acesso a advogado, quanto mais pra entrar na vara federal de BH para poder processar Samarco, Vale e BHP e Fundação Renova. Então, é um elemento que entrou nessa jogada pra quê? Pra desviar atenção, pra retardar as ações, pra evitar que qualquer conquista que seja feita - principalmente aqui em Mariana - venha a se espraiair.”</p>	<p>7;1;2;3;4;6</p>
---------------------------------	-----------------	--	--------------------

	22) Assistência Técnica (Cáritas)	<p>"Em um ano, o Ministério Público mais os atingidos perceberam que precisava buscar simetria técnica entre eles e a empresa. Porque ela prevalecia seus argumentos pela técnica. Aí o Ministério Público queria contratar uma entidade de confiança que traduzisse e respondesse nas reuniões, e a Cáritas foi chamada."</p> <p>"A Cáritas atua em dois eixos: o primeiro é o reassentamento e reconstrução das casas destruídas no meio rural, o segundo é a reformulação do cadastro dos impactados. Porque o cadastro não foi construído junto com os atingidos, tem linguagem inacessível, questões que podem gerar provas contra o próprio atingido, além de demorar entre quatro e cinco horas para ser aplicado e falar apenas dos danos individuais e materiais, sem abordar perdas coletivas e dano moral."</p>	6
	23) Complemento de Renda	<p>"A Samarco dá um salário, mais 20%, que nem eu tenho 170 e meu marido tem 170, todo mês"</p> <p>"Não tem sentido manter o cartão emergencial até o fim da vida das pessoas"</p>	3;4;9

Essa categoria explora alguns dos elementos que compõem as exigências legais quanto às medidas e ações de cunho reparatório que têm por objetivo mitigar, remediar e/ou reparar impactos socioambientais e socioeconômicos advindos do Rompimento. E, também, medidas e ações que visam a compensar impactos não mitigáveis ou não reparáveis advindos do Rompimento, por meio da melhoria das condições socioambientais e socioeconômicas das áreas impactadas, cuja reparação não seja possível ou viável, nos termos dos programas (TTAC, 2016).

A primeira unidade de sentido é referente ao TTAC – Termo de Transação e Ajustamento de conduta (21). Nela, é possível compreender o que caracteriza o acordo firmado entre União, Governos de Minas Gerais e Espírito Santo, a Samarco e suas controladoras com o intuito de estabelecer diretrizes no processo de reparação e compensação dos danos decorrentes do Rompimento.

Ainda que o propósito do acordo seja precisamente a criação de medidas compensatórias e de reparação, uma série de críticas foram feitas a ele, devido a falta de participação, transparência e a distância - física e simbólica - entre a Justiça Federal e os atingidos. Para exemplificar, Carlos Vainer (Estadão, 2017) declara que o MPF “adotou a mesma prática de acordo firmado entre a União e os governos de Minas Gerais e Espírito Santo com as empresas [TTAC], chamado de “acordão”, ao deixar de levar em conta a visão dos atingidos”.

Assim, entendemos que é possível exprimir, dos trechos selecionados, a ideia de que o TTAC - também chamado, pejorativamente, por aqueles que o criticam, de "acordão" - teria sido uma manobra da empresa para criar obstáculos à luta dos atingidos e dificultar a participação dos mesmos. Evidentemente, essa narrativa compõe um ponto de vista acerca do acordo, que opõe-se à visão de que este seria uma demonstração da disposição da Samarco para reparar os danos causados.

Na unidade de sentido Assistência Técnica (22) é possível perceber o papel que caracteriza a atuação da Cáritas, que é o de contribuir para uma comunicação mais simétrica entre os atingidos e a Renova. Considerando que, o aparato técnico do qual a Renova utilizava minimizava as possibilidades de escolhas acerca do que era proposto. Compreendemos que, nessa unidade de sentido, fica implícita uma suposta má-fé por parte da Renova, que não estaria, de fato, muito interessada na compreensão do processo pela visão dos atingidos.

Por fim, a unidade de sentido Complemento de Renda (23), no qual é enunciado uma das medidas emergenciais que devem ser legalmente cumpridas pela empresa. Nesta unidade analisamos uma insatisfação dos atingidos e lideranças religiosas com o fato de que, mesmo após um ano e meio do Rompimento, as medidas ainda continuam permanecendo restrita às ações emergenciais. Estas acabam por tentar restaurar e compensar os direitos violados (tais quais moradia, patrimônio e dano moral) com ações pontuais e que agravam ainda mais a dependência com relação a empresa. Se a possibilidade de geração de renda foi destruída e não está sendo reposta, até quando os atingidos dependerão da "boa vontade" da Renova para se sustentar?

Dessa maneira, as exigências legais interferem na configuração do território (Saraiva, 2009). Já que a emergência de múltiplas práticas de interferir, resistir, refletir e lutar em favor dos direitos dos atingidos vão surgindo. Isto ocorre pois os desdobramentos das normas legais

definidas por órgãos formais acabam por trazer um aspecto forma para a interação dos indivíduos para com o território (Saraiva et al., 2014)

G) Desdobramentos das Exigências Judiciais

CATEGORIA	Unidades de Sentido	Relato	Tipo de coleta
Desdobramentos das Exigências Judiciais	24) Questionamento da legitimidade	“A legitimidade não existe na medida que ela [Fundação Renova] foi constituída ao alvedrio, à revelia, dos atingidos, das vítimas. Se, você constitui uma entidade, para resolver o problema que você causou em relação à essas pessoas, o mínimo que ela deveria fazer é permitir que essas pessoas participassem das questões decisórias desta fundação.”	7
	25) Visão dos atingidos sobre a atuação da Renova	<p>“Eles [a Renova] fazem o que a justiça obriga. [...] Acho que se não tivesse a justiça em cima deles, eles faziam com nós o que eles bem entendessem. É muito difícil, porque confiar neles não dá.”</p> <p>“Se eles quiserem realmente fazer sem ficar demorando, demorando, faz né. Porque não é um lugar grande, é um lugar pequeno e empresa quando elas quer elas fazem, né. Contrata gente e faz.”</p>	2;3;4
	26) Visão da própria Renova sobre sua atuação	<p>“A gente acha que a gente chegou a mais ou menos 1% ou 2% do que precisa fazer”</p> <p>“A gente compartilha plenamente essa inquietude e desencanto com o processo que vem sendo conduzido”</p>	1;2;3;8
	27) Demora na execução do reassentamento	<p>“Muitos não vão nem receber a casa, porque estão ficando doentes”</p> <p>“Aí a gente às vezes fica nervosa porque já tem um ano e oito meses, e até hoje não viu nada, entendeu?”</p> <p>“Sobre o reassentamento, retrocedeu quase tudo! Eles compraram o terreno de Bento, mas tem muitos entraves ambientais! E de Paracatu, nem comprou terreno ainda!”</p>	3;6;4;6

	28) Sofrimento perante a demora na execução	<p>“O processo de sofrimento é maior ainda no cotidiano. A saúde mental dos atingidos tá comprometida de todas as formas, e até pra lidar com isso, com programas nesse sentido, [...] tivemos vários problemas inclusive com profissionais que cuidavam da saúde mental que cuidavam dos atingidos.”</p> <p>“Pessoas que vieram suplementar as políticas de assistência social e saúde mental de Mariana, porque devido ao deslocamento forçado dessas famílias, [elas enfrentam] simplesmente um caso de instabilidade no trabalho, porque os contratos de trabalho delas não costumam durar mais do que três meses. [...] Também aquelas pessoas que também em tese estão aqui pra cuidar daqueles que perderam tudo, estão adoecendo e estão sofrendo nesse processo.”</p>	3;6;1;6
	29) Ineficiência do Cadastro	<p>“Quem tem que validar o cadastro é o atingido também, ele tem que estar ali na discussão. [...] A validação só vai ter legitimidade assim”</p> <p>“A revisão do cadastro foi só pra Mariana. No resto, já foi aplicado.”</p> <p>“A forma como estavam distribuídas as temáticas nesse questionário, era uma forma que não dava para organizar as ideias. Você tinha quinze eixos que discutiam os direitos individuais, mas não dialogavam, né. Então nós pedimos o Eixo 1; dos bens materiais, pra discutir a situação das casas, da benfeitoria, dos bens domésticos e pessoais; no Eixo 2 as atividades econômicas [...], o Eixo 3, a coletividade [...] e isso é construído com os atingidos.”</p>	1;3;8; 2;4;5;6; 7;8;9;10

	30) Erros e Acertos na recuperação ambiental	<p>“Eles tão tampando o crime, né. Eles tão jogando leguminosas, plantas que crescem rápido, pra tampar”</p> <p>“O rio aqui ainda está muito escuro e você, por exemplo, obras como esta. Essa pedra aqui faz formar uma praia de rejeitos[...]. No movimento do rio, ele vai acumulando rejeitos atrás da pedra [...] Nossa ação é para proteger a calha do rio.”</p> <p>“Essa outra ação aqui é experimental, toda essa plantação aqui está em cima de rejeito” [...] Essa parte foi o produtor que plantou, já nessa outra fomos nós [Renova] com essa biomanta e esse mix de sementes [...] Nós conseguimos nessas ações emergenciais”</p>	3; 4; 8
--	--	--	---------

Esta unidade de sentido explora os desdobramentos das exigências judiciais pelos relatos de diferentes atores. Dessa forma, as unidades de sentido observadas foram; Questionamento da legitimidade (24), Visão dos atingidos sobre a atuação da Renova (25), Visão da própria Renova sobre sua atuação (26), Demora na execução do reassentamento (27), Sofrimento perante a demora na execução (28), Ineficiência do Cadastro (29), Erros e Acertos na recuperação ambiental respectivamente (30).

O processo de reparação se mostrou extremamente complexo e moroso. Diferentes casos devem ser observados com cuidado visto que a forma de reparação é considerada caso por caso, por meio do recadastramento dos atingidos. No relato sobre os reassentamentos percebemos barreiras quanto à concessão ambiental, processo que gera desgaste e como relatado na unidade de sentido visão dos atingidos perante a atuação da Renova, desesperança e desconfiança.

A questão da legitimidade, unidade de sentido 24, não se refere à legalidade, já que os termos “legal” e legítimo” não significam a mesma coisa. O que é lícito atende o direito positivo, e o que é legítimo atende ao interesse coletivo. Assim, a legitimidade se refere à aceitação social do ato e, por isso, está relacionada ao Estado Democrático, em que o povo elege os seus representantes (Wady, 1999).

A Fundação Renova foi constituída pelas empresas Samarco, Vale e BHP, em razão de um acordo formulado entre a União e os estados de Minas Gerais e Espírito Santo. No

entanto, como houve a anulação, pelo STJ (Superior Tribunal da Justiça), da homologação do acordo que previa a sua criação, há um questionamento sobre a legitimidade da atuação da Fundação Renova no território de Mariana. Todavia, vale ressaltar que a criação da Fundação Renova não depende do acordo firmado pela União, estados e empresas, já que legalmente as empresas podem compor uma fundação para cumprir as atividades de recuperação dos danos causados. Portanto, mesmo se não houvesse o acordo, a criação da Fundação seria lícita (Sirene, 2017).

Não obstante, “a legitimidade não existe na medida que ela [Fundação Renova] foi constituída ao alvedrio, à revelia, dos atingidos, das vítimas”, como é possível perceber no relato da unidade de sentido 24. Falta legitimidade, porque a Fundação é rejeitada pela comunidade atingida, além de não ter o respaldo do MPF e MPMG que contestam o acordo celebrado sem o consentimento dos atingidos (Sirene, 2017).

Até porque, a noção de legitimidade ou legitimação está ligada a uma aceitação ampla, por parte de uma comunidade, a respeito de uma entidade, órgão ou ato. Tal aceitação se concretiza com base em transparência das atividades e participação dos membros da comunidade. Ou seja, dois elementos que não estão presentes na reação da Fundação Renova para com a comunidade atingida (Sirene, 2017).

A rejeição da Fundação Renova pelos atingidos pode ser percebida no relato “É muito difícil, porque confiar neles não dá” na unidade de sentido 25 que fala sobre a visão dos atingidos sobre a atuação da Renova. Ademais, a demora para uma solução definitiva, no que diz respeito as moradias e a construção de uma Nova Bento (27), gera desconfiança e sofrimento (28) no atingido.

Existe uma visão crítica sobre a efetividade das ações tomadas pela Fundação Renova que é reflexo do início do protagonismo e da luta do atingido por soluções que não sejam paliativas, como pode ser percebido no relato “é um lugar pequeno e empresa quando elas quer elas fazem (25)” bem como “já tem um ano e oito meses, e até hoje não viu nada (27)”.

A Fundação Renova, compartilha com algumas críticas da comunidade em relação a sua atuação (26) e ineficiências do cadastro (29), como pode ser visto na fala do diretor-presidente da Fundação Renova “a gente acha que a gente chegou a mais ou menos 1% ou 2% do que precisa fazer”, e representantes do diálogo “a gente compartilha plenamente essa inquietude e desencanto com o processo que vem sendo conduzido”.

Assim, a atuação da Fundação Renova vai sendo significada por eles mesmos na relação entre errar e acertar. Como não existem precedentes do desastre em questão, tudo é experimental. Isso pode ser percebido no relato do responsável pela calha do rio no território de Mariana, “essa outra ação aqui é experimental, toda essa plantação aqui está em cima de rejeito (30)”. O acerto é significado à medida que a Fundação alcança o êxito em algo que foi decretado como impossível. De acordo com uma matéria de Bruno Calixto, nada cresceria na área tomada pela lama (Época, 2015), uma vez que o resíduo de mineração é pobre em material orgânico, e por isso não favorece o nascimento de plantas ou de vegetação.

É nesta perspectiva que a Fundação Renova vai criando sentido para a sua atuação. Um sentido que transcorre entre o erro e o acerto e transmuta entre eficiência e ineficiência. Todavia, a falta da legitimidade que é decorrente da falta de transparência em suas ações, leva a comunidade atingida a não partilhar da mesma criação de sentido que a Fundação. Muitos atingidos tem um olhar desconfiado sobre as atividades da Renova, e constroem um sentido de ineficiência e negligência em relação as ações desenvolvidas. Isso pode ser percebido na seguinte fala “Eles tão tampando o crime, né. Eles tão jogando leguminosas, plantas que crescem rápido, pra tampar”, por isso para os atingidos ainda é válido o argumento de que nada cresceria na área tomada pela lama já que o que foi plantado são plantas leguminosas de rápido crescimento.

Todavia, se a transparência fosse, de fato, uma prerrogativa das ações da Fundação o atingido poderia reconhecer que as leguminosas, muitas vezes, são utilizadas na adubação verde porque incorporam o nitrogênio no solo, já que todas as leguminosas conseguem fixar o nitrogênio. Elas também podem ser usadas como proteção do solo contra chuvas fortes. Serve de cobertura morta para dar massa verde, bem como melhora na fertilidade do mesmo. Além de suas raízes produzirem um efeito descompactador do solo. Porém, seu uso deve ser administrado com cuidado, pois algumas leguminosas são mais agressivas e crescem sobre outras plantas, por isso seu manejo deve ser feito com cuidado para que não se perca o controle sobre as sementes (Silva, Ribeiro, Borges, Noronha Suely, & Gomes, 2014) .

Falta a Fundação Renova reconhecer que o “Ser Atingido”, já não é o mesmo “Ser morador de Bento”. O Rompimento culminou em tamanha ruptura social que o atingido, vem em um processo diário de luta e protagonismo. A seguir explicamos sobre as mobilizações que estão acontecendo na territorialidade (Saraiva et al., 2014) de Mariana.

H) Mobilizações

CATEGORIA	Unidades de Sentido	Relato	Tipo de coleta
Mobilizações	31) Protagonismo	<p>“A atuação da arquidiocese busca ter os atingidos como protagonistas e, não fazer para eles, mas estar junto e ajudar nos processos para que eles o comandem”</p> <p>“Se nós pensarmos cidadania como participação política, de um lado muitas lideranças surgiram que não eram lideranças, então houve uma participação política diferenciada em razão do desastre. Porém, quanto à efetividade dessa participação, infelizmente, eu acredito que houve uma afetação muito grande quanto a sua liberdade de escolha por causa do desastre.”</p>	3; 9; 7
	32) Projetos e Financiamentos	<p>“O que a prefeitura recebeu foi entregue pros atingidos, repartido. Então o Ministério Público, a arquidiocese e os atingidos decidiram que esse dinheiro que veio para a arquidioceses seria usado para projetos. Então, um dos projetos que tá ali é o jornal ‘A Sirene’, (...) nós temos o projeto de time de futebol do Bento e nós temos o projeto de formação de técnicos ambientais ao longo da bacia [...]. O dinheiro veio pra arquidiocese, então ele pode ser usado por toda arquidiocese que foi atingida, então a gente tem um grupo que gere esse dinheiro com participação de todas as comunidades e dentro dele a gente define quais projetos serão aprovados e quais não.”</p>	1;2;3;4

	33) Luta contra a dificuldade de negociação	<p>“Toda vez que nos atingidos [integrantes da arquidiocese] sentamos com a Renova, começa tudo do zero, porque as pessoas mudam, ninguém nunca tem poder de decidir nada. Se é assim com a arquidiocese, vocês podem imaginar com os atingidos, né?”</p> <p>“Agora, tem hora que a empresa, do meu ponto de vista, tá enrolando os atingidos. No reassentamento, por exemplo, escolheu três terrenos pra ter uma eleição em Paracatu, e a pessoa que foi lá mostrar o terreno, todo mundo imaginou sua casa ali, aí depois que voltou, votaram no terreno, e aí a empresa pegou e falou: 'não cabe Paracatu aí'. [...] Retrocedeu o processo Então, o pressentimento que eu tenho é que a Samarco não quer montar essas comunidades agora não.”</p> <p>“[...] Aqui é o foco que eles tentam segurar, nada de Mariana pode sair, quando sai eles tentam segurar, porque sabe que pode ter reflexo lá embaixo [da bacia].”</p>	1;3;9;4;7
	34) Luta contra a hostilização	<p>“Então o sentido da feira é esse: nós atingidos trabalhando em prol de Mariana, usando um pouco do nosso dinheiro, dinheiro que veio para os atingidos, para beneficiar Mariana.”</p>	1;2;3;4
	35) Condições para simetria técnica	<p>“A Cáritas quando chegou, nós queríamos criar uma metodologia que dialogasse com o conjunto de atingidos e não só com a Comissão.”</p> <p>“A forma de participação que a gente tem tentado, e aí entendendo participação muito mais qualitativa do que quantitativa, né, porque as pessoas também ficam cansadas de responder o tempo todo a mesma coisa pra todos os atores que aparecem no território, né, então a gente com a Assessoria Técnica quer criar uma metodologia de confiança, criar uma instância que eles sintam que é deles, então é um espaço que não tem empresa, não tem outros atores, se não atingido e assessoria de confiança.”</p>	1;3

	36) Apoio Jurídico e Articulações internas	“Os atingidos são muito unidos, mas também nós, do MP, blindamos eles do ataque de advogados oportunistas, principalmente os que vieram de fora, do poder político, que queria utilizá-los para captar voto, pra aparecer na mídia, nós os protegemos da conversa mentirosa, muitas vezes, que os representantes das empresas faziam... Então, eles conseguiram se manter unidos, tanto é que aqui é muito organizada a comissão de atingidos.”	7
	37) Criação de uma memória dos atingidos	“[O Jornal A Sirene] é um projeto dos atingidos, que parte dos atingidos, por entender que esse processo de comunicação do qual eles foram alvo desde o que aconteceu, poderia ser um processo construído por eles também. Então, o jornal tem essa ideia máxima de que os personagens da tragédia podem ser os protagonistas desse processo noticioso do qual eles se tornaram parte.”	1;2;3

As relações de territorialidade e identidade (Saraiva et al., 2014) no tecido social marianense estão sujeitas as múltiplas práticas de mobilizações. Desde o protagonismo dos atingidos (31), a criação de uma memória (37), os projetos e financiamentos (32) que visam minimizar as hostilizações (34), até a dificuldade de negociação (33) e apoio jurídico.

Observamos algumas tentativas de reinserção social e diminuição das hostilizações sofridas, dentre elas, destacamos o projeto da Feira Noturna (34). Como dito no relato desta unidade de sentido, a iniciativa visa trazer benefícios para toda a população de mariana, uma vez que, existe uma crescente culpabilização dos atingidos pela crise econômica instaurada na região. Além disso, existem acusação de que os atingidos estariam se aproveitando financeiramente das ações da Renova, sem fazer nada que contribua para a cidade.

Analisando pela teoria das representações sociais (Moscovici, 2009) é possível inferir a tentativa de uma construção social que englobe os atingidos como parte integrante dos cidadãos de Mariana (MG). Apesar destes também serem moradores do Município.

No entanto, após o rompimento, os atingidos passaram a ocupar bairros e áreas centrais da cidade de Mariana. Regiões das quais eles não ocupavam anteriormente. Portanto, no primeiro momento, observamos a onda de solidariedade em relação aos atingidos, mas logo depois vem a hostilização, já que os moradores da comunidade de Bento que moravam

em uma área mais afastada da cidade, cerca de 30 km (Google Maps, 2016) passaram a ocupar lugares que não lhes eram destinados.

Assim, na concepção colonial das relações sociais na cidade de Mariana. Acreditou-se que os atingidos, como populações periféricas, não deveriam lutar pelos direitos que lhes foram rompidos. Uma vez que, segundo tal concepção, hoje os atingidos possuem uma condição de vida melhor do que possuíam em Bento, apenas por ocupar a territorialidade das regiões centrais de Mariana.

Logo, compreendemos que a territorialidade e a identidade (Saraiva et al., 2014) constitutiva de cada lugar (Spink, 2001) era diferente. E, de repente, o cotidiano dos atingidos dentro da territorialidade das regiões centrais de Mariana-MG passou a incomodar. Dessa forma, tal situação somada a falta de empregabilidade, dependência econômica e paralização das atividades da Samarco culminou na desmobilização da luta dos atingidos, hostilização e culpabilização das vítimas.

Os moradores de Bento e Paracatu possuíam uma vivência muito distinta entre si e entre os moradores das áreas centrais de Mariana-Mg. Após o rompimento, uma realidade que deveria aproximar-se, devido à maior proximidade territorial, acabou por distanciar-se na constituição de grupos socialmente opostos em defesas de seus interesses ideológicos em torno do desastre.

Considerando a bibliografia de Saraiva (2014), o fim da divisão física dos territórios de Bento Rodrigues e Mariana não foi acompanhada pela relação simbólica que permeavam os territórios. Sendo ainda, um entrave para o processo socialização dos atingidos como cidadãos marianenses. Assim, a feira entra com uma mobilização que visa tratar e representar, em um mesmo espaço, atingidos e moradores de Mariana, beneficiando a cidade como um todo.

Também existe a iniciativa "Jornal A Sirene" (37), criado com liderança dos atingidos e cujo nome refere-se à sirene que não existia no percurso percorrido pela barragem de Fundão para alertar sobre a possibilidade de desastres. E que foi instalada após o rompimento, trazendo essa falha material para um plano simbólico.

O jornal publica, entre outras pautas, reportagens relativas às pessoas, objetos, vivências nas comunidades atingidas, ou seja, as memórias e simbologia do lugar (Spink, 2001). É entendido como uma tentativa de ecoar a voz dos atingidos e eternizar o que ali

existia e dialogava diretamente no processo de construção do “eu” e do “coletivo” (Moscovici, 2009).

Apesar da perda física de objetos e imagens responsáveis pelas construções de tais simbologias, as mesmas já se apresentavam fortemente internalizadas nos membros da comunidade, e pelo jornal estão sendo recuperadas, materializadas e externalizadas em um novo processo de construção coletiva para recuperação da tradição. Além disso, surge da necessidade dos atingidos de identificarem, nos meios de comunicação - elementos de suas representações sociais (Moscovici, 2009) e de sua territorialidade (Saraiva et al., 2014)).

O financiamento, por sua vez, desses e de outros projetos advém das doações aos atingidos que foram direcionados a arquidiocese (32), que preza pela participação e envolvimento de todos os grupos atingidos.

Visando comportar as novas exigências judiciais de um novo indivíduo no meio social - o "atingido" - se faz necessário legitimar sua existência no território por meio da esfera jurídica (35 e 36). Dessa maneira, o Ministério Público cumpre essa função, ao fazer a delimitação e a defesa dos direitos que concernem a esse grupo. Na unidade de sentido que trata deste tema, percebe-se a proximidade da atuação do Ministério Público na luta dos atingidos, uma vez que a afirmação é de que, em partes, foi a "blindagem" promovida pela entidade que possibilitou uma mobilização tão ativa por parte dos atingidos. No relato, fica implícito, também, o receio da Renova de que iniciativas de resistência desse porte se disseminem pelo restante dos territórios atingidos (35).

Além disso, o aporte jurídico torna-se necessário não só na garantia de que os direitos serão ressarcidos, mas na execução prática das ações que têm esse objetivo. Assim, a atuação da Cáritas no desempenho do papel de assessoria técnica, visa diminuir alguns obstáculos e assimetrias que se instauram nas negociações entre a Renova e os Atingidos.

Dessa forma, a principal atividade da entidade social é auxiliar nas discussões de perdas e ganhos, na tentativa de instaurar uma nova dinâmica, baseada na participação e confiança, o que explicita o pressuposto do trecho de que a relação com a empresa não se dá sobre esses moldes (36). A dificuldade de negociação com a Renova (33) é mais explícita ainda em outros trechos, em que os entrevistados efetivamente afirmam que a empresa estaria os "enrolando", ou que em cada reunião que se inicia, é como se nenhuma tivesse ocorrido até então.

Segundo um dos entrevistados, o desgaste - já bastante referido nas falas analisadas - que decorre dessa morosa participação política na luta por direitos traz uma característica bastante peculiar ao elemento da cidadania (31). Apesar da organização e luta social ter se tornado eminente e elemento de união entre o grupo minoritário dos atingidos, conferindo-lhe autonomia e criando lideranças, esse processo veio acompanhado de uma série de cerceamento de direitos. Analisamos tal afirmação pelo fato de que a própria participação política não é exatamente uma ampliação das liberdades, uma vez que o próprio desastre trouxe um cerceamento extremamente extenso de direitos. Além disso, devido às limitações da atuação da Renova, a participação política acaba por não ser efetiva, pela dificuldade de alcançar objetivos e pela falta de autonomia que decorre dessa relação assimétrica e de dependência.

Por fim há uma comissão de atingidos, representado pela unidade de sentido apoio jurídico e articulação interna (36). Tal grupo acaba por retomar o senso de comunidade, ao reivindicar direitos comuns a todos. Tal iniciativa também reflete mais uma forma de protagonismo (31) dos atingidos durante a etapa pós-rompimento, por ser inteiramente dirigida e organizada pelos mesmos. A compreensão da participação dos principais interessados nesse processo de reparação dos danos causados está relacionada a uma nova tentativa de construção das representações sociais (Moscovici, 2009). Ademais, na saída inesperada do lugar dessas comunidades a simbologia trazia acabou por ser perdida. Dessa maneira a participação dos atingidos surge como uma atividade capaz de territorializar o espaço (Saraiva et al., 2014).

I) Disputas de Narrativa

CATEGORIA	Unidades de Sentido	Relato	Tipo de coleta
Disputa de Narrativa	38) Fato X Crime	<p>“O rompimento, pra gente, deve ser visto como um <u>fato</u> que não deve ser qualificado nem como acidente e nem como crime, deve ser neutro”</p> <p>-----Versus-----</p> <p>“Com certeza [foi um crime], porque eles sabiam. Que nem, começou rumores por volta das duas horas da tarde, se tivesse ido alguém lá, pedido a gente pra evacuar, não teria morrido ninguém, dava pra gente pegar um documento, uma foto, uma coisa de estimação. [...] Poderiam pelo menos ter dado um aviso...”</p> <p>“A arquidiocese não queria recorrer à solidariedade e caridade, porque nesse caso haviam responsáveis. Mas acabaram vindo doações de todo o país para a Igreja e fiscalizadas pelo Ministério Público, que decidiu por não aplicar em nada que é de obrigação das empresas”</p>	<p>3;8</p> <p>Versus</p> <p>3;4;9</p>
	39) Lama Tóxica X Lama não Tóxica	<p>“As amostragens hoje dizem que [a lama] não é [tóxica], mas precisa de temporalidade e nível de amostragem. Enquanto não há, parte-se do princípio legal da precaução”</p> <p>“[A lama] é tóxica. Eu tive contato, [...] meu pé ficou ferido muito tempo.”</p>	<p>3;8</p> <p>Versus</p> <p>3;4</p>
	40) Renova X Samarco	<p>“A Renova entende a Cáritas como de extrema legitimidade, tanto que a contratou em outubro de 2016: a Renova paga a Cáritas, os atingidos lideram e o Ministério Público fiscaliza. O questionamento é só com alguns técnicos, que focam no vizez ideológico, no entendimento de que a Renova é máscara da Samarco para ela voltar a operar. Mas, pra gente, é a prova de que as empresas estão interessadas na reparação.”</p> <p>-----Versus-----</p> <p>“Eu não reconheço a Fundação Renova para mim é a Samarco”[atingido perguntando sobre permuta do terreno de bento] “Falar de fundação Renova é falar de Vale, Samarco e BHP, e a imprensa vem comprando esse discurso de que é a Fundação Renova.”</p>	<p>8</p> <p>Versus</p> <p>3;4;6;7</p>

	<p>“A Renova tem legitimidade, porque existe em função do TTAC, que é um instrumento legal. E o 'como' não está no TTAC, então cabe a participação (dos atingidos)”</p> <p>-----Versus-----</p> <p>“Basicamente, o que acontece: a Vale e a BHP juridicamente podem constituir o que elas quiserem de pessoa jurídica, se elas quiserem constituir uma fundação, ou o que quer que seja, o Ministério Público e o Judiciário não pode impedir isso. Então, do ponto de vista legal, ela existe legalmente. Se você constitui uma entidade para resolver o problema que você causou em relação a essas pessoas, o mínimo que ela deveria fazer é permitir que essas pessoas participassem das questões decisórias desta fundação. [...] Não um verniz de participação, elas não têm voz ativa nenhuma, tanto é que se a gente pensasse numa fundação ideal, ela deveria ser constituída primordialmente pelas próprias vítimas, porque elas saberiam como reparar os seus direitos e aí sim o órgão externo fiscalizava as ações das atividades pra ver se eles não estão extrapolando pra não gerar um enriquecimento ilícito. Mas aqui é ao contrário, a fundação fica aqui e ela é adversária das vítimas, e isso não só em Mariana, ao longo de toda a bacia. Então, que entidade é essa, que quer reparar direitos sem ouvir, sem dar voz a quem ela disse que ia resolver os problemas?”</p>	<p>3;8</p> <p>Versus</p> <p>7</p>
	41) Legitimidade da Renova	

		<p>“ E a gente espera fazer isso junto com a sociedade. De novo isso pode parecer conversa fiada mas a gente tá muito determinado a fazer isso” *</p> <p>“ Entendemos que quando a gente parte para a urgência a gente comete muitos erros então esse equilíbrio entre a urgência e como a gente endereça a urgência é algo que a gente tá muito preocupado. mas ao mesmo tempo que a gente tem essa urgência a gente tem um olhar para o longo prazo para o que a gente vai de alguma forma contribuir para o rio doce, para toda essa região”</p> <p>-----Versus-----</p> <p>"Pra ela, quanto mais tempo ela ganhar, mais ela vai conseguir vir e falar assim ó: 'um, dois só que vai querer voltar', vai desconstruir a comunidade. E pra ela apresentar isso pra mídia é mais tranquilo." - disputa de narrativa - intenções da Renova”</p> <p>"A empresa jogava atingido contra a assessoria, falando que tava demorando por causa da Cáritas."</p> <p>“Ela [Samarco] mandou os funcionários embora de covardia para jogar um contra os outros”</p>	<p>3;8</p> <p>Versus</p> <p>6</p>
	42) Intenções, erros e acertos da atuação da Renova		

	43) Atingido X Impactado	<p>“Atingido é mais o termo que eles usam pra autodenominação, mesmo, mas nos documentos do Judiciário, tá 'impactado', porque atingido era muito abrangente. Só que essa é uma discussão considerada vencida internamente, porque não é essa terminologia que importa”</p> <p>-----Versus-----</p> <p>"Historicamente, o conceito de atingido foi construído na luta dentro do setor elétrico - tem a história do MAB, dos atingidos por barragens - e inclusive já é reconhecido, tem um decreto (Decreto no 7342/10) que reconhece no plano nacional [...], tem inclusive uma formulação de cadastro dos atingidos... Quando você fala em atingido, você reconhece ali uma série de direitos e uma série de deveres ligados à reparação."</p> <p>“... eu participo dos cadastros os advogados da Fundação Renova discute comigo, você é impactada. Eu não sou impactada! O senhor mesmo acabou de dizer, eu sou atingida, então que fique o atingido todos diretamente. A lama passou na porta, não passou? Todos foram atingidos, sim”</p> <p>"Eu não gosto da expressão 'impactado', que é uma expressão que eles usam pra diminuir o sofrimento. Impactado parece ser uma coisa suave, assim né. [...] Então essa expressão impactado não tem fundamento jurídico nem técnico. Isso é uma retórica que a empresa usa para diminuir sua imagem de criminosa que, de fato, foi o que ocorreu"</p> <p>"atingidos são todas as pessoas que se enxergam, de alguma maneira ou outra, que foi, digamos, atingido, pelo que aconteceu. Então, pra nós, esse conceito de atingido vai ser central no próximo período, até porque a própria Renova trabalha com o conceito de 'impactados', diretos e indiretos, e muitas vezes acaba ficando muito na calha do rio. Né, a onde a lama chegou você tá impactado, se você tá do lado e a lama não chegou você é impactado indireto, você não vai para o cadastro.”</p>	<p>3;8</p> <p>Versus</p> <p>1;3;4;6</p>
--	--------------------------	--	---

	44) O que será da Antiga Bento?	<p>“A Defesa Civil já falou que Bento não pode ser nem Memorial, por uma questão de segurança pessoal.</p> <p>-----Versus-----</p> <p>“Que nem já foi aprovado, [o território de Bento Rodrigues] lá será um memorial, [...] pra não esquecer, que aí quando os filhos da gente crescer a gente leva e fala assim: "ó, mamãe já morou aqui, a gente já morou aqui, eu nasci aqui, aqui era uma vila muito bonita e guardar as fotos que a gente tem de lá”</p> <p>"O [dique] S4 é no final do Bento, mas é dentro das terras dos sitiantes lá do Bento mesmo.</p> <p>"O S4 é o que tá tomando Bento, a água ta enchendo, tanto que eles tão pegando aluguel de alguns terrenos lá que vai encher de água"</p> <p>“Eles estão falando com clareza que farão a permuta dos terrenos, que seria dar a Nova Bento pros atingidos e a velha fica pra empresa. Mas não é troca, porque não é voluntário”.</p>	<p>3;8;</p> <p>Versus</p> <p>3;4;6</p>
	45) A disputa pela voz/ quem vai contar a história	<p>"Esse jornal é um jornal que serve para dar voz para essas pessoas [atingidos] que entenderam que dentro do processo comunicativo da grande mídia, do discurso hegemônico, eles não estavam se sentindo representados."</p>	<p>1;2;10</p>

		<p>"O pessoal só pensa na volta da Samarco, ninguém fala assim: 'E a construção do Bento?'. Porque, aqui, Mariana depende dele né, da Samarco."</p> <p>-----Versus-----</p> <p>"A operação da Samarco não tem nenhuma relação com a reparação das vítimas. É uma questão de licenciamento mesmo. Mas basicamente eles precisavam captar água em Santa Bárbara e o prefeito se recusou a emitir um ato que poderia colocar em risco o abastecimento de água e o meio ambiente do seu município."</p> <p>"Pessoas ficam divididas entre apoiar empresa e lutar pelos direitos dos atingidos. O apoio à empresa é condescendente, pela necessidade"</p> <p>"Nunca existiu um 'Fora Samarco', apenas a defesa de uma mineração que respeite as leis, o ambiente e a vida. Mas Samarco não fala porque que não volta, então população culpa os atingidos. A volta de suas operações só depende <u>dela</u>, porque é só ela cumprir as condições!"</p> <p>"Depois, começou a hostilização e a culpabilização da vítima, porque a Samarco não tinha vindo a público pedindo desculpa, então culpavam as vítimas, porque Samarco era quem dava tudo"</p> <p>"A empresa criou imagem de que não voltaram por causa do Ministério Público e dos atingidos, mas na verdade é porque o minério tá barato e eles não têm onde depositar rejeitos"</p>	<p>2;3;4</p> <p>Versus</p> <p>6;3;9;5;6</p>
	46) Volta da Samarco X Defesa dos direitos dos atingidos		

	47) Direitos Imateriais	<p>“É impossível mensurar quantos direitos foram violados nesse desastre. Foram tantos direitos violados que qualquer enumeração seria meramente exemplificativa”</p> <p>“Temos um patrimônio que é muito mais imaterial do que material, apesar dele ter uma base material que é, por exemplo, fotografias [...], que é isso que a gente chama de dano moral que, na minha opinião foi o maior dano. Então, lesou-se, os direitos da personalidade, direitos que têm uma base imaterial [...] Você teve ainda a perda que, hoje, é mais moral do que material, que é a perda dos animais”</p> <p>“Agora, além desses direitos individuais que foram perdidas pela lama, você vai ter os direitos coletivos e comunitários. A partir do momento que a pessoa perde o acesso à terra em que ela vivia, a partir do momento que ela perde o direito de ter uma vida comunitária como ela desfrutava anteriormente, isso é um dano, um direito violado [...]; porque essas famílias que viviam reunidas em um espaço pequeno estão espalhadas pela cidade inteira, e elas tiveram uma afetação muito forte das suas tradições culturais. Toda aquela tradição cultural que existia ali também foi violada pelo desastre, pela lama que arrasou não só fisicamente a vida das pessoas, arrasou culturalmente, simbolicamente.”</p>	7
--	-------------------------	--	---

Essa categoria pretende explicitar que, assim como os diferentes territórios construíam, entre si e com a Samarco, diferentes relações e representações coletivas. Após o rompimento, os diferentes grupos criaram, também, com base em suas situações sociais, informações disponíveis e senso comum, suas representações sociais para a compreensão do ocorrido. Ou seja, cada grupo criou sentido (*sensemaking*) sobre aquilo que vivenciou.

Assim, os relatos e opiniões acerca do rompimento e suas consequências foram construídas com base em dualidades, tais quais as categorias representadas acima. Estas representam, na verdade, disputas de poder (Spink, 2001) travestidas na imposição de uma ou outra linguagem, isto é, um ou outro ponto de vista sobre o ocorrido.

Dessa forma, a primeira categoria (38), traz a questão da responsabilidade ou não da Samarco sobre o ocorrido, com o posicionamento que se propõe ideologicamente neutro, da Renova, e a denúncia de um crime, por parte daqueles que organizam a luta dos atingidos. Desta primeira contradição decorrem diversas outras, associadas aos interesses opostos que compõem os dois grupos sociais mais amplos. Esses grupos configuraram dois polos de uma ruptura social ocorrida em Mariana após o rompimento.

Destarte, atribui-se maior ou menor legitimidade à Fundação Renova (41), na medida em que esta é criada para reparar os danos ou para mascarar e limpar a imagem de uma organização que cometeu um crime e deseja a operar. Da mesma forma, pode-se enxergar as falhas na atuação da Renova - tais quais atrasos, má-execução de programas e geração de conflitos - como erros decorrentes das urgências que exigiam as ações, ou como maneiras de, cada vez mais, dissolver as mobilizações contra ela e "jogar um contra os outros", com a intenção de beneficiar a própria empresa (42).

Ainda nesse contexto, instaura-se a discussão sobre a denominação daqueles que foram prejudicados com o rompimento. Nomenclaturas como "atingidos" ou "impactados", sendo o segundo adotado pela Fundação Renova em seus cadastros e muito mais restritivo, na medida em que os divide entre os impactos diretos e indiretos, e só os primeiros têm direito ao cadastro.

Assim, enquanto para a Fundação esta é a denominação que, por ser mais específica, traz maior precisão dos reparos. Para os atingidos é, uma forma de relativizar e diminuir seu sofrimento, além de colocar a questão dos danos num plano exclusivamente material e individual (43). Da mesma maneira, as apropriações dos símbolos que referem-se ao desastre também são disputados no que concerne ao que será feito deles: a antiga Bento (44), a propriedade de seus terrenos e os debates acerca de questões como a construção do dique S4, o memorial e a permuta.

Por fim, as maneiras de representação, construção e significação dos fatos encontram-se em um processo constante de disputa por maior alcance e hegemonia. Sabemos que um dos principais veículos capazes de disseminar uma idéia, hoje, é a mídia. Como esta é, em sua maior parte, alinhada à retórica hegemônica, os atingidos sentiam-se muito pouco representados por ela, o que resultou na criação do Jornal A Sirene (45). Este surge como uma

forma de disputar não apenas um espaço de voz entre os termos atingidos e impactados, mas o alcance que eles têm no que concerne à compensação e à reparação dos direitos rompidos.

Com base nessas diversas dualidades é que se constituíram dois grupos, caracterizando uma relação conflituosa na região, em que é preciso escolher estar alinhados a um ou ao outro. Curiosamente, a base de diferenciação dos dois polos - a volta ou não das operações da Samarco - acaba por não ser, na prática, uma divergência entre eles (46).

A divisão se dá da seguinte forma (46): um grupo apropria-se do pensamento de que a luta dos atingidos por seus direitos atrasa a volta das operações da Samarco, o que agravaria a crise econômica e o desemprego já críticos na cidade de Mariana. Enquanto isso, o outro mobiliza-se a favor da garantia de direitos dos atingidos, condenam a Samarco por suas ações e exercem pressão pelo ressarcimento que eles acreditam ser devidos, mas, em nenhum momento, opuseram-se à volta das operações da Samarco. Para o segundo grupo, tal culpabilização dos atingidos pelo primeiro decorre da própria ausência de posicionamento da Samarco, que fez com que aqueles que sofrem com a crise econômica passassem a culpar o elo mais fraco - e a vítima - dessa relação.

Em nossas análises, percebemos a existência de um grupo que acredita que os atingidos estariam se aproveitando da disposição de recursos da Fundação, uma vez que já teriam ganhado muito mais do que tinham antes do rompimento. Considerando os dizeres de Saraiva (2009), pode-se entender que a mudança da imagem da Samarco causou na população um sentimento de abandono, devido à dependência econômica e afetiva.

Esta dependência pode ter sido agravada por um entendimento de que além da Samarco ter abandonado a população desempregada, ela está direcionando seus recursos a um grupo específico: o dos atingidos. Por outro lado, aqueles que se posicionam em favor dos direitos dos atingidos entendem que a luta deve continuar, uma vez que o ressarcimento oferecido pela empresa restringiu-se a questões meramente individuais e materiais - sendo que mesmo estas encontram-se inconclusas.

A luta deve continuar porque existem danos imateriais, coletivos, referentes à identidade, personalidade, memória e tradição que foram perdidos. Como foi publicado na Sirene: "Direitos não deveriam ser negociados dessa forma, externa à realidade das pessoas envolvidas, que traz sofrimentos e perdas adicionais às vítimas" (47).

As reflexões aqui tecidas possibilitaram a construção um panorama geral sobre o ‘ser atingido’, que será apresentada no próximo tópico

4.2 *Identity Death*, da morte do “Ser Morador de Bento” à emergência do “Ser atingido”

A proximidade com as instalações das barragens da Samarco gerava medo em relação ao rompimento. Um medo presente, assim como o paternalismo da empresa para com a comunidade, fornecendo cursos, oficinas e fomentando projetos locais. Além da afirmação por parte da empresa de que a questão do rompimento estava controlada, já que a barragem era monitorada frequentemente.

Bento Rodrigues, assim como outras comunidades atingidas possuía uma dinâmica local particular, que caracterizava a territorialidade e identidades de seus moradores. Identidades pautadas, muitas vezes, no senso de comunidade, na religiosidade e nos laços afetivos com a comunidade. Todos esses símbolos sociais faziam parte do que se representava socialmente como “Ser morador de Bento”.

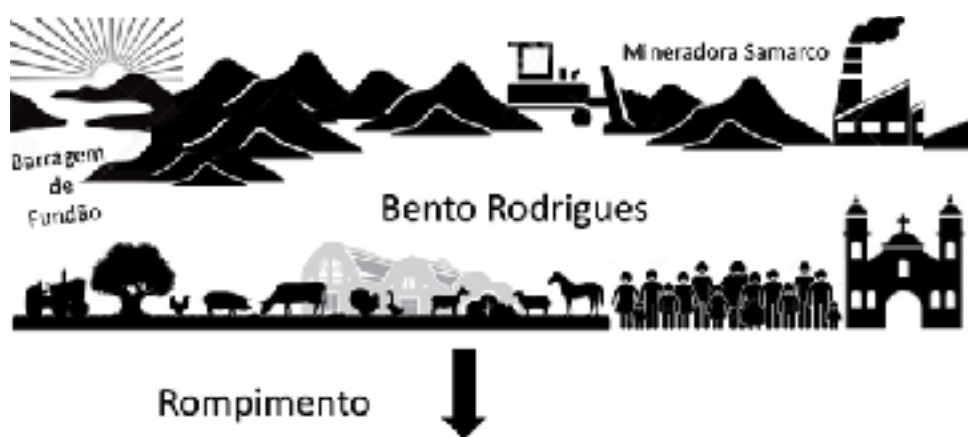


Figura 2. Panorama geral sobre a morte do “Ser Morador de Bento” part I.
Fonte: Elaborado pelas autoras

Após o rompimento, os diferentes grupos criaram sentidos (*sensemaking*), representações sociais e significados para a compreensão do ocorrido. Caracterizando-o como crime, acidente, tragédia, desastre natural entre outros.

Toda essa instabilidade instaurada no tecido social se deriva da perda de um símbolo social: a bela imagem da Samarco para os cidadão marianense. Uma empresa que há décadas (70 anos) atuava na cidade com uma atividade econômica extremamente lucrativa para

empresa e estado. Era, contudo, uma atividade centralizadora e castradora, pois incentivava o paternalismo da empresa.

Decorrente dessa relação de dependência econômica, uma série de símbolos afetivos passam a ser atrelados à empresa (Saraiva, 2009). Esta passou a ser um ponto central da construção dos territórios e identidade, assim como das representações sociais. Trabalhar na Samarco, era, portanto, a aspiração de boa parte da população marianense. Dessa forma, como era possível, a empresa que a população tanto se orgulhava ter cometido um crime?

O fato é que, de acordo com a denúncia feita pelo Ministério Público Federal, o rompimento da Barragem de Fundão revelou a ocorrência de fatos criminosos, eventos lesivos, crimes ambientais, crime de homicídios e impossibilidade de defesa das vítimas, qualificado por motivo torpe ou cruel. Assim, dado a qualificação judicial de crime, ocorreu sim um crime corporativo (Ministério Público Federal, 2015).



Figura 3. Panorama geral sobre a morte do “Ser Morador de Bento” part II.

Fonte: Elaborado pelas autoras

Por meio de um crime corporativo a Samarco destruiu uma unidade, criou uma ruptura social que culminou na criação de uma nova identidade. O morador de Bento não é mais identificado como tal, e sua identidade reconstrói-se sobre a noção de atingido.

Esse processo culminou em uma *identity death* sobre o “Ser morador de Bento”. Portanto, mesmo que a Samarco consiga recuperar tudo, o morador de bento - e todos os processos identitários, simbólicos e territoriais atrelados a ele - ela não recupera mais. Mesmo com a emergência de uma nova Bento. Não há como recuperar todos os símbolos que foram

perdidos, além de todas as marcas, materiais e simbólicas, que permeavam o território e caracterizavam-no como marco identitário e de representação da realidade compartilhada pelos moradores.

O elemento fundante da teia das relações sociais, a territorialidade, foi perdido, uma vez que no espaço geográfico de Bento havia uma série de elementos constitutivos da identidade local, como as formas de produção e construção do próprio local desde o século XVII. Mesmo diante dos esforços da Cáritas, do Ministério Público de Mariana e as atividades da Fundação Renova para recuperar e compensar os danos, o modo de ser do morador de Bento não pode ser recuperado pela Samarco.



Figura 4. *Identity death*, da morte do “Ser Morador de Bento” à emergência do “Ser Atingido”.
Fonte: Elaborado pelas autoras

Diante da morte do símbolo social para o morador de Bento, a comunidade de Bento Rodrigues, os atingidos passaram a ocupar os bairros e territórios centrais da cidade de Mariana. E, ouviram caracterizações estereotipadas e marginalizadas como “Ó os da lama” para se referir aos atingidos.

É preciso lutar não só para recuperar os direitos rompidos, mas também para construir uma nova identidade. A identidade do “Ser Atingido” o protagonista de sua história. Com isso mobilizações como Comissão dos Atingidos, Jornal a Sirene, Feira Noturna entre outros foram surgindo.

A emergência do protagonismo do atingido, permitiu aos mesmos ao se posicionarem contrariamente as atividades da Fundação Renova, na frente de seus representantes, com a

seguinte afirmação “agora você quer empurrar tudo por goela abaixo para a gente [atingido], pelo jeito tá indo”. O início dessa atitude reflexiva, jaz no pensamento de que hoje, as grandes corporações são capazes de moldar a sociedade conforme seus interesses ainda que estes, eventualmente, possam vir a trazer prejuízos para o restante da população. Nesta ideia centra-se a perspectiva de crime corporativo, ancorada na ideia de Hanna Arent sobre banalidade do mal (Alcadipani & Medeiros, 2014).

Falta a Fundação Renova reconhecer que o “Ser Atingido”, já não é o mesmo “Ser morador de Bento”. O Rompimento culminou em tamanha ruptura social que o atingido, vem em um processo diário de luta, criando consciência e refletindo sobre o que a sua vida se transformou. Enquanto não houver participação do atingido nas decisões da Renova e, portanto, não houver transparência em suas ações, os atingidos seguirão problematizando e se mobilizando contra as ações paliativas de restauração e recompensação.

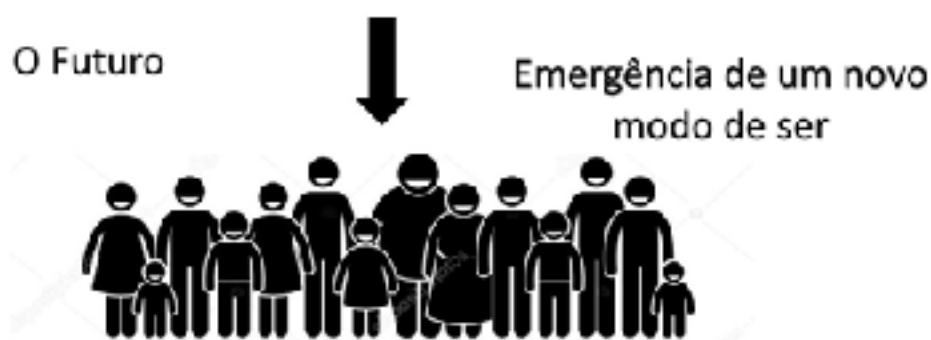


Figura 5. Emergência de um novo ser no futuro.
Fonte: Elaborado pelas autoras

No futuro, após todas as conquistas necessárias para a emergência de um novo modo de ser, haverá uma reconstrução (seja a ressignificação das relações sociais em Mariana ou recriação de uma Nova Bento). Este novo ser acumulará as vivências e experiências do “Ser morador de Bento” e do “Ser atingido”. A seguir teceremos nossas considerações finais.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho de cunho qualitativo, o problema de pesquisa levantado foi **como o rompimento da barragem da Samarco afetou a estrutura social da região de Mariana, bem como a construção da identidade das comunidades atingidas?** Para responder tal

pergunta, partimos de uma análise exploratória de caráter interpretacionista para acesso e conceituação da realidade.

Acreditamos que o percurso metodológico e analítico utilizado nos permitiu alcançar nossos objetivos específicos. Assim, o primeiro objetivo específico **identificar as rupturas sociais decorrentes do rompimento da barragem de Fundão** foi alcançado por meio da análise das categorias **pós-rompimento** e **nova relação entre Bento e Samarco** em que refletimos sobre a perda de Bento e todo o seu contexto, bem como a mudança da imagem da Samarco construída tanto pela própria comunidade de Bento, quanto por Mariana de maneira geral.

Do mesmo modo, o segundo objetivo específico, **analisar as relações sociais e construções de identidades que permeiam as comunidades atingidas**, foi alcançado por meio da análise das categorias anteriores ao rompimento **comunidade de Bento, relação comunidade de Bento e mineradora Samarco**, e categorias posteriores ao rompimento **nova relação entre Bento e Samarco e mobilizações**. A incidência do rompimento nos elementos constitutivos do espaço social culminou na morte de um modo de ser que é o de Bento. A Samarco pode recuperar tudo, mas o morador de bento - e todos os processos identitários, simbólicos e territoriais atrelados a ele - ela não recupera mais, mesmo com a emergência de uma nova Bento. Não há como recuperar todos os símbolos que foram perdidos, além de todas as marcas - materiais e simbólicas - que permeavam o território e caracterizavam-no como marco identitário e de representação da realidade compartilhada pelos moradores.

O elemento fundante da teia das relações sociais, a territorialidade, foi perdido, uma vez que no espaço geográfico de Bento havia uma série de elementos constitutivos da identidade local, como as formas de produção e construção do próprio local desde o século XVII. Mesmo diante dos esforços da Cáritas, do Ministério Público de Mariana e as atividades da Fundação Renova para recuperar e compensar os danos, o modo de ser do morador de Bento não pode ser recuperado pela Samarco.

O terceiro objetivo específico, por sua vez, que foi **compreender as perdas dos atingidos em suas esferas diversas, passando por direitos imateriais e elementos de territorialidade** foi alcançado por meio das categorias de **exigências legais, desdobramentos das exigências judiciais e mobilizações**. Pela unidade de sentido exigências legais foi possível compreender a extensão e complexidade das ações de reparação

e compensação, que devem ser focadas em atender tanto as formas coletivas de perdas, quanto formas individuais de cada atingido. Restituindo assim, direitos materiais, como a moradia, bens de consumo duráveis, moveis entre outros, quanto imateriais, como a perda familiares, fotos de famílias, e outros objetos que possuíam valores simbólicos.

Tais elementos podem ser divididos em ações de curto e longo prazo. Muitas das medidas reivindicadas ainda não chegaram a uma dissolução, e ações emergenciais voltadas para o curto prazo, ainda estão presentes afetando a rotina dos atingidos e dificultando o processo de reconstrução social e ocupação do território.

Alguns outros desdobramentos foram observados. Questões básicas que legitimam as ações da Renova e do cadastro que deve ser realizado por todos os atingidos ainda são questionados, além de existir um diálogo permeado por constantes relações de poder. Tal contexto acaba por gerar um intenso desgaste e desesperança aos atingidos.

A recuperação ambiental é uma esfera que ainda está sendo melhor compreendida quanto as ações que precisam ser tomadas para a melhor recuperação do meio ambiente. Apesar disso, pelos pilares das mobilizações os atingidos buscam reconstruir o que foi perdido. Sendo assim, a comissão de atingidos procura recuperar o senso de comunidade, a feira noturna estabelecer novas interpretações e alcances do coletivo para melhor ocupar território.

O ministério público e a assistência Cáritas contribuem no processo de legitimidade desse novo indivíduo que surgiu após o rompimento da barragem. O Jornal A Sirene vem materializar simbologias e tradições da comunidade por meio de registros escritos. Os indivíduos, por seu protagonismo acabam por ser os formadores da nova identidade tanto coletiva quanto individual em resposta ao que morreu, um novo surge em forma de resistência alterando relações de poder antes tão estratificadas no cenário do Município de Mariana (MG).

Por fim, alcançamos nosso quarto objetivo que foi **refletir acerca das representações sociais que constroem a defesa da Samarco e dos direitos dos atingidos como relações opostas** por meio da categoria **disputas de narrativas**. Nesta etapa da análise pudemos perceber que as representações sociais de Mariana, mais do que a comunidade de Bento, eram fortemente pautadas na dependência da Samarco. Portanto, a ruptura da imagem da empresa, assim como as mudanças na economia local, representaram uma quebra das representações

sociais que estruturavam os grupos. De forma que o momento de pós-rompimento foi - e está sendo - marcado por essa reconstrução.

Porém, tal é a força da Samarco no local, que a própria reestruturação dos laços pautou-se na ressignificação da imagem da empresa e nas interpretações acerca dos fatos que constituíram e sucederam o rompimento da barragem. Dessa maneira, o desenvolvimento de grupos ideologicamente opostos entre defesa dos direitos dos atingidos e a defesa pela volta da Samarco, assim como todas as consequências narrativas que decorrem dessa oposição, entram no cerne de uma nova estrutura social que vem sendo construída na região.

As discussões tecidas neste relatório não podem ser tomadas como um ponto final, já que reconhecemos a nossa limitação em sintetizar toda a realidade pós-rompimento da barragem de Fundão e toda a produção de sentido que ela liberou. Reconhecemos o nosso esforço em proporcionar à sociedade e a academia uma visão sobre a emergência de novos significados, novas identidades, novas relações entre empresa, estado e sociedade. Mas também reconhecemos a nossa dificuldade de síntese diante da complexidade do fenômeno.

Dentre essas limitações destacamos a dificuldade em realizar entrevistas gravadas diante de uma realidade que envolve denúncias, processos e compensações. Portanto, optamos por entrevistas abertas não gravadas e a utilização de três diários de campos. Sendo um para cada pesquisadora.

Pretendemos que este estudo seja um ponto de partida que têm a pretensão de inspirar novas análises, novas discussões sobre o tema rompimento da barragem de Fundão nos Estudos Organizacionais. Discussões que permitam caracterizar a realidade como um processo histórico e em constante transformação e que contribua para o entendimento acerca da realidade que os atingidos vivenciam atualmente.

Dessa forma, sugerimos às futuras conexões locais em Mariana e/ou pesquisas posteriores explorarem a questão do protagonismo dos atingidos, bem como a influência da fé nos processos de reestruturação da realidade social. Sugerimos também, focar nas questões dos direitos materiais e imateriais rompidos e que continuam sendo rompidos, além da emergência de uma nova cidadania. Outra agenda de pesquisa possível, seriam as mudanças na cadeia de produção, comércio e empregabilidade na cidade de Mariana, diante da interrupção das atividades da mineradora Samarco.

6. REFERÊNCIAS

- Agência Minas Gerais. (2016). Polícia Civil conclui primeiro inquérito referente ao rompimento da Barragem de Fundão. Retrieved September 17, 2017, from <http://www.agenciaminas.mg.gov.br/noticia/policia-civil-conclui-primeiro-inquerito-referente-ao-rompimento-da-barragem-de-fundao>
- Alcadipani, R., & Medeiros, C. R. O. (2014). Viver e morrer pelo trabalho: uma análise da banalidade do mal nos crimes corporativos. *Organizações & Sociedade*, 21(69), 217–234.
- Augusto, L. (2016). Polícia instaura 3º inquérito para investigar Samarco. Retrieved September 17, 2017, from <http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,policia-instaura-3-inquerito-para-investigar-samarco,10000079109>
- Bardin, L. (2004). Análise de conteúdo. 3ª. *Lisboa: Edições*, 70.
- Época. (2015). Estes são alguns dos danos ambientais causados pela lama da barragem da Samarco - ÉPOCA | Blog do Planeta. Retrieved October 13, 2017, from <http://epoca.globo.com/colunas-e-blogs/blog-do-planeta/noticia/2015/11/estes-sao-alguns-dos-danos-ambientais-causados-pela-lama-da-barragem-da-samarco.html>
- Estadão. (2017). Tentativa de acordo para reparar danos no rio Doce recebe críticas - 10/03/2017 - Cotidiano - Folha de S.Paulo. Retrieved October 13, 2017, from <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/03/1865424-tentativa-de-acordo-para-reparar-danos-no-rio-doce-recebe-criticas.shtml>
- Estevão Bertoni. (2016). Barragem da Samarco já tinha defeitos em 2009, diz relatório - 01/01/2016 - Cotidiano - Folha de S.Paulo. *Folha de São Paulo*. Retrieved from <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/01/1724915-barragem-da-samarco-ja-tinha-defeitos-em-2009-diz-relatorio.shtml>
- Estevão Bertoni, & José Marques. (2016). Vale adulterou dados sobre lama em barragem após tragédia, diz PF - 31/05/2016 - Cotidiano - Folha de S.Paulo. Retrieved September 17, 2017, from <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/05/1776525-vale-adulterou-dados-sobre-lama-em-barragem-apos-tragedia-diz-pf.shtml>
- Gil, A. C. (2017). *Como Elaborar Projetos de Pesquisa-Cap 2*. Atlas.
- Godoi, C. K., Bandeira-de-Mello, R., & Silva, A. B. da. (2006). Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos. *São Paulo: Saraiva*, 2.
- Goldenberg, M. (1997). *A arte de pesquisar : como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais*. Record. Retrieved from <https://pt.slideshare.net/fatimadeluzie/a-arte-de-pesquisar-mirian-goldenberg>
- Google Maps. (2016). Distancia entre Bento Rodrigues e Centro de Mariana-MG. Retrieved July 3, 2016, from <https://www.google.com.br/maps/place/Bento+Rodrigues,+Mariana+-+MG/@-20.2693342>
- Ibama. (2016). Documentos relacionados ao desastre da Samarco em Mariana/MG. Retrieved September 20, 2017, from <http://www.ibama.gov.br/recuperacao-ambiental/rompimento-da-barragem-de-fundao-desastre-da-samarco/documentos-relacionados-ao-desastre-da-samarco-em-mariana-mg>
- Instituto Pristino. (2013). *Análise Técnica Referente à Revalidação da Licença Operacional da Barragem de Rejeitos do Fundão*. Retrieved from http://www.meioambiente.mg.gov.br/images/stories/URCS_SupramCentral/RioVelhas/69/9.1-laudo-tecnico.pdf

- José Marques. (2016). Polícia Civil abre novo inquérito sobre desastre de Mariana (MG) - 29/09/2016 - Cotidiano - Folha de S.Paulo. Retrieved September 17, 2017, from <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/09/1818193-policia-civil-abre-novo-inquerito-sobre-desastre-de-mariana-mg.shtml>
- José Marques, & Estevão Bertoni. (2016). PF indícia integrante da Vale e mais sete pessoas por tragédia de Mariana - 09/06/2016 - Cotidiano - Folha de S.Paulo. Retrieved September 17, 2017, from <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/06/1780052-pf-indicia-integrante-da-vale-e-mais-sete-pessoas-por-tragedia-de-mariana.shtml>
- Marconi, M. de A., & Lakatos, E. M. (2004). *Metodologia científica* (Vol. 4). Atlas São Paulo.
- Merriam, S. B. (2002). *Qualitative research in practice: Examples for discussion and analysis*. Jossey-Bass Inc Pub.
- Ministério Público Federal. Denúncia Samarco (2015). Brasil. Retrieved from <http://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/docs/denuncia-samarco>
- Moscovici, S. (2009). Representações sociais: investigações em psicologia social. In *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Vozes.
- Naiara Arpini. (2016). G1 - Polícia Federal lista falhas da Samarco com barragem rompida - notícias em Desastre ambiental no Rio Doce. Retrieved September 17, 2017, from <http://g1.globo.com/espírito-santo/desastre-ambiental-no-rio-doce/noticia/2016/06/pf-lista-falhas-que-levaram-barragem-da-samarco-romper.html>
- Oliveira, M. (2004). Representações sociais e sociedades: a contribuição de Serge Moscovici. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 19(55), 180–186.
- Oliveira, J. C. de, & Doederlein, N. (2016). Ministério Público critica acordo com Samarco e diz que governos se omitiram - Câmara Notícias - Portal da Câmara dos Deputados. Retrieved September 17, 2017, from <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/MEIO-AMBIENTE/509525-MINISTERIO-PUBLICO-CRITICA-ACORDO-COM-SAMARCO-E-DIZ-QUE-GOVERNOS-SE-OMITIRAM.html>
- Pimentel, T. (2016). G1 - MPF denuncia 22 pessoas e quatro empresas por desastre em Mariana - notícias em Desastre Ambiental em Mariana. Retrieved September 17, 2017, from <http://g1.globo.com/minas-gerais/desastre-ambiental-em-mariana/noticia/2016/10/mpf-denuncia-26-pessoas-por-rompimento-da-barragem-da-samarco.html>
- Pimentel, T., & Freitas, R. (2017). Justiça homologa parte do acordo preliminar entre MPF, Vale, Samarco e BHP sobre desastre em MG | Desastre Ambiental em Mariana | G1. Retrieved September 17, 2017, from <https://g1.globo.com/minas-gerais/desastre-ambiental-em-mariana/noticia/justica-homologa-parte-do-acordo-preliminar-entre-mpf-vale-samarco-e-bhp-sobre-desastre-em-mg.ghtml>
- Pinheiro, A. C. (1999). Privatização no Brasil: Por quê? Até onde? Até quando?*. Retrieved from [https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/11317/1/A Economia Brasileira nos Anos 90_Privatização no Brasil_Por quê_Até onde_Até quando_P.pdf](https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/11317/1/A%20Economia%20Brasileira%20nos%20Anos%2090_Privatiza%C3%A7%C3%A3o%20no%20Brasil_Por%20qu%C3%AA%20At%C3%A9%20onde_At%C3%A9%20quando_P.pdf)
- Samarco. (2013). Relatório Anual de Sustentabilidade 2013: A Samarco. Retrieved September 17, 2017, from <http://relatoweb.com.br/samarco/www/pt/perfil.html>
- Saraiva, L. A. S. (2009). Mercantilização da cultura e dinâmica simbólica local: a indústria cultural em Itabira, Minas Gerais. Retrieved from http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/BUBD-9BDKCV/tese_luiz_alex_silva_saraiva.pdf?sequence=1
- Saraiva, L. A. S., Carrieri, A. de P., & Soares, A. de S. (2014). Territorialidade e identidade nas organizações: o caso do Mercado Central de Belo Horizonte. *RAM. Revista de*

- Administração Mackenzie*, 15(2), 97–126.
- Silva, B. de M., Ribeiro, Simone, Borges, B., Noronha Suely, & Gomes, P. S. (2014). Adubação verde: Cultivando a fertilidade dos solos - Artigos | Espaço do Produtor. Retrieved October 13, 2017, from <https://www2.cead.ufv.br/espacoProdutor/scripts/verArtigo.php?codigo=42&acao=exibir>
- Sirene, J. A. (2017). *Jornal A Sirene* - Ed. 15 (junho). Retrieved from <https://jornalasirene.wordpress.com/edicoes/>
- Spink, P. (2001). O lugar do lugar na análise organizacional. *Revista de Administração Contemporânea*, 5(SPE), 11–34.
- Tomás, M. (2006). *A EXPANSÃO DA COMPANHIA VALE DO RIO DOCE E A POSSIBILIDADE DE CRIAÇÃO DE MONOPÓLIO DE MINÉRIO DE FERRO NO BRASIL: O CASO CVRD NO CADE*. Retrieved from http://www.repositorio.ufop.br/bitstream/123456789/3092/1/DISSERTAÇÃO_ExpansãoCompanhiaVale.PDF
- TTAC. Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta da Samarco (2016). Retrieved from <http://samarco.com/wp-content/uploads/2016/07/TTAC-FINAL.pdf>
- Wady, A. F. (1999). Qual a diferença entre legitimidade e legalidade do ato administrativo? - Ariane Fucci Wady. Retrieved October 13, 2017, from <https://lfg.jusbrasil.com.br/noticias/31806/qual-a-diferenca-entre-legitimidade-e-legalidade-do-ato-administrativo-ariane-fucci-wady>